



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB		
EVENTO: Seminário	Nº: 0271/09	DATA: 02/04/2009
INÍCIO: 14h34min	TÉRMINO: 17h14min	DURAÇÃO: 02h40min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h40min	PÁGINAS: 53	QUARTOS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA – Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.  
EVANGELINA DE OLIVEIRA – Coordenadora-Geral da Pesquisa REGIC – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.  
PAULO FURTADO – Representante do IPEA.  
MAX COELHO – Coordenador do Programa de Microcrédito do Ministério Trabalho e Emprego.  
HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA – Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.  
MARIA EULÁLIA FRANCO – Diretora do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal – SEBRAE-DF.  
JOSÉ EDUARDO ROMÃO – Representante do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.  
REMI CASTIONI – Representante da Faculdade de Educação da UnB.  
FREDERICO VITÓRIO VALENTE – Diretor da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional.  
JÚLIO MIRAGAYA – Conselheiro do CORECON-DF.

SUMÁRIO: Seminário *Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal e Entorno.*

OBSERVAÇÕES

Não houve encerramento formal da reunião.  
Houve exibição de imagens.  
Houve exibição de vídeo.



**O SR. APRESENTADOR** - Boa tarde.

Solicitamos a todos que ocupem seus lugares e mantenham seus telefones celulares desligados ou no modo silencioso.

Dando continuidade ao seminário *Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal e seu Entorno*, gostaria de convidar para coordenar os trabalhos da mesa da tarde o Sr. Carlos Wagner, Coordenador de Estudos e Políticas Regionais do IPEA. (Palmas.)

Como palestrantes da mesa Panorama Regional, gostaria de convidar o Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, Sr. Henrique Villa da Costa Ferreira (palmas); a Coordenadora-Geral da Pesquisa REGIC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, Sra. Evangelina de Oliveira (palmas); e o pesquisador do IPEA Sr. Paulo Furtado (palmas.)

Passo a palavra ao coordenador dos trabalhos, Sr. Carlos Wagner.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Wagner) - Senhoras e senhores, boa tarde.

Dando início às exposições nesta primeira reunião da tarde, temos como palestrantes o Sr. Henrique Villa da Costa, Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, que trará para a discussão a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Na sequência, falará a Sra. Evangelina de Oliveira, Coordenadora da Pesquisa REGIC — Regiões de Influência das Cidades. Posteriormente, o Sr. Paulo Roberto Furtado, pesquisador do IPEA, falará dos indicadores de desenvolvimento municipal, com foco na RIDE do Distrito Federal.

Estamos um pouco atrasados, por isso não vou me alongar nessas apresentações.

O tempo para cada expositor é de até 15 minutos. Tentaremos cumpri-los da melhor forma possível.

Com a palavra o Sr. Henrique Villa Ferreira.

**O SR. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA** - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, o Coordenador Carlos Wagner, a Sra. Evangelina, do IBGE, o Sr. Paulo, do IPEA, os demais colegas.

É um prazer estar aqui. É muito interessante discutir e apresentar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional em um evento sobre o Centro-Oeste, sobre Brasília e o entorno.

O projeto Brasília é específico, claro. É absolutamente específico de desenvolvimento regional brasileiro. Houve uma decisão na década de 50 no sentido de que o Brasil deveria partir para um processo de interiorização do desenvolvimento. A política de



desenvolvimento regional era muito usada exatamente para esses grandes movimentos de Governo. E é isso o que nós estamos tentando fazer e resgatar a partir de 2003.

Vou pedir ao Marcelo para colocar a apresentação no ar, enquanto faço as primeiras considerações.

A partir de 2003, o Governo Federal resgata a sua capacidade de fazer política regional, de planejar seu território.

Sempre digo que esse processo foi muito utilizado pelos Governos das décadas de 50 e de 60, sobretudo os militares se locupletaram muito bem de políticas regionais — ocupação da Amazônia, Marcha para o Centro-Oeste, ocupação do Noroeste brasileiro.

Devido aos problemas que eles tiveram — que não cabe aqui comentar —, há muito tempo os Governos se afastaram dessa prática de planejamento regional, de planejamento territorial. Isso foi recuperado em 2003.

A Secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional, Tânia Bacelar, deu início a um processo de resgate dessa discussão no Governo Federal. Desde então começamos a discutir uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, política essa que foi institucionalizada apenas em 2007. Ficamos bons 4 anos discutindo amplamente essa política com diversos elementos da *constituency* brasileira, dos grupos de interesse brasileiros, dos Governos, da iniciativa privada, da academia. Discutimos amplamente essa proposta com a academia. E finalmente, no dia 22 de fevereiro de 2007, por meio do Decreto nº 6.047, foi lançada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Trouxe uma breve apresentação. Como dispomos de pouco tempo, vou passar direto ao assunto.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Quando falamos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, é importante também discutir o que é o desenvolvimento regional. O que obtivemos com as políticas regionais no Brasil? Ou o que não obtivemos?

Acabei de falar sobre o interregno, o *gap* entre política regional como parte da agenda dos Governos, nas décadas de 50 e de 60, e fomos nos afastando da questão da práxis regional na década de 70.

O que o País ganhou com isso? Não podemos desconsiderar o processo de desenvolvimento brasileiro pujante ocorrido da década de 60 para cá. É evidente que hoje o Brasil é muito diferente do que era na década de 70.

Por conta do crescimento e do desenvolvimento, é um País muito desigual. Boa parte das nossas desigualdades estão expressas no que enxergamos no território. Se eu pudesse destacar apenas 4 pontos do que chamo de resultados obtidos com as políticas



regionais no Brasil, primeiro levantaria a questão das desigualdades regionais, a manutenção dessas desigualdades regionais, mas sobretudo o surgimento das desigualdades intrarregionais. A ausência de política regional no Brasil ensejou, formatou as desigualdades intrarregionais que não tínhamos nas décadas de 50 e de 60.

Hoje, as macrorregiões são muito desiguais, muito heterogêneas. Evidentemente, o mercado se estabeleceu, e o Estado não fez o seu papel. Os Governos não cumpriram o seu papel.

Segundo, os problemas regionais se acumulam para os nossos gestores. Por exemplo, a questão da continuidade do problema dos fluxos migratórios que causam uma desordem territorial e tornam a missão dos nossos governantes algo dantesco.

Todo prefeito que se preza sabe do que estou falando. É impossível administrar os municípios, por exemplo, sem efetivamente poder administrar a pressão sobre o território — a ausência de política regional, mais uma vez.

O terceiro ponto é a questão do federalismo competitivo. Isso não é novidade para ninguém. A guerra fiscal instalada na Federação é própria de ausência de política regional. Por isso hoje enxergamos como uma saída para isso a reforma tributária, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que está no âmbito da reforma tributária discutida nesta Casa. E queremos caminhar para o federalismo cooperativo. O federalismo competitivo não tem mais espaço, não tem mais lugar na nossa Federação.

Por fim, a desarticulação dos instrumentos e dos mecanismos de desenvolvimento regional. Quando nós nos afastamos do planejamento regional, temos uma debacle das nossas instituições. Hoje há um enorme déficit de pessoas e de instituições para gerir a questão regional do Brasil.

Vou destacar 4 pontos da mudança deste momento em relação ao momento anterior com respeito à política regional brasileira.

Primeiro, o desenvolvimento regional está voltando para a discussão da agenda do Governo. Esse é um fato.

O Governo Federal entende que política regional é fundamental para o processo de desenvolvimento brasileiro. Portanto, as regiões são encaradas como territórios de diversas possibilidades e não apenas como *locus* de problemas da Federação. Isso é fundamental entender. Estamos voltando a discutir e a estabelecer como prioridade a questão regional no Brasil.

Segundo, a questão social é eixo condutor da política de Governo e tem rebatimento enorme na política regional. Quero fazer uma distinção: política regional não é política de combate à pobreza. A política regional olha sempre o território. O foco é no território, não é



no cidadão. Quando faço essa distinção, fica muito claro transparecer que o olhar para a política regional é para o território, e não para o cidadão, para a pessoa física. Isso é objeto das políticas sociais. No entanto, há um encontro importante da questão da pobreza com a questão da redução das desigualdades regionais. E aqui, evidentemente, a política regional toma uma carona — vamos dizer assim — nas políticas sociais.

O Programa Bolsa-Família, por exemplo, não resolve o problema de desigualdade regional. Quero deixar isso muito claro. Ele não é suficiente para resolver problemas de desigualdade regional. Por si só, ele não é capaz de incluir territórios no esforço nacional de desenvolvimento. Mas ele é um objeto importante para diversos territórios hoje excluídos, que estão à margem do processo, para que eles possam ter condições mínimas de voltar a ter capacidade de competição, a partir da inclusão. É fundamental fazer essa distinção.

Portanto, com a política social, que é o carro-chefe deste Governo, a política regional evidentemente tem uma carona importante no processo. E resultados importantes que temos observado nos territórios são muito mais objeto das políticas sociais do que das políticas regionais.

Quarto ponto: a questão da participação, do controle social e empoderamento são premissas indissociáveis das políticas regionais, das políticas públicas no Brasil. É determinação de Governo empoderar atores no território, chamar os atores para suas responsabilidades no território.

Quanto à questão do controle social, temos implementado esse *modus operandi* em diversas políticas públicas e, evidentemente, na política regional.

Estou falando em mudanças de paradigmas. O paradigma específico, tradicional, do desenvolvimento regional do Brasil, que o Governo Federal, Brasília, ciente de todos os problemas nacionais, empurrava goela abaixo do território as suas soluções, esse *modus operandi* não tem mais espaço no que hoje consideramos política regional. Não é mais isso o que queremos fazer em política regional. Esse modelo está exausto, exaurido.

Hoje nós nos completamos com essas determinações para todas as políticas públicas, para todos os gestores de políticas públicas, em que devemos, sim, no território puxar a participação dos atores e trabalhar com o protagonismo dos atores nas diversas escalas.

Outra informação: o foco em diversas escalas. O problema regional brasileiro sempre foi macrorregional. Havia o problema do Centro-Oeste, o problema do Norte, o problema do Nordeste. Entendemos, finalmente, que a questão regional brasileira não é de uma única escala. Tanto a questão macrorregional está bastante presente no nosso conjunto de



desafios, quanto a questão intraurbana, por exemplo, que tem um rebatimento enorme na questão regional.

As microrregiões têm outra problemática em relação às mesorregiões, que é uma escala preferencial para o Ministério da Integração Nacional em relação aos seus programas. Há também a escala sul-americana. Estávamos de costas para ela há muito tempo. Hoje estamos entendendo de forma mais refinada a importância da escala sul-americana e a importância de estarmos unidos ao conjunto dos atores na América do Sul para também fazermos política regional.

O bloco sul-americano é fundamental, o MERCOSUL é fundamental. Temos trabalhado hoje em múltiplas escalas, o que também é uma novidade em relação a tudo aquilo que fazíamos anteriormente no que diz respeito à política regional.

Em relação aos caminhos, mencionei o ano de 2003, com a Professora Tânia Bacelar no Ministério da Integração Nacional. O Ministério foi criado em 1999, ou seja, é um Ministério novo também. Neste momento, apesar de quase 10 anos de vida, ainda estamos finalizando a montagem de nossas equipes, ainda estamos amadurecendo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, ainda estamos revendo os nossos instrumentos e mecanismos. É lógico que, se estou falando de um paradigma novo, estou falando de instrumentos e mecanismos que serviam ao paradigma anterior, que não me servem mais. Então, estamos fazendo tudo ao mesmo tempo — eu sempre digo isso.

E mais: quando estou falando de múltiplas escalas, esses problemas ocorrem também nas outras escalas. Na escala macrorregional, é enorme a nossa dificuldade de botar de pé, da forma que gostaríamos, por exemplo, SUDENE e SUDAM — e agora a SUDECO sendo recriada. Na escala estadual, os Estados, tentando gerenciar os seus problemas regionais — boa parte das Unidades da Federação hoje já têm Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria de Integração Regional —, batem à porta do Ministério pedindo ajuda, informação, apoio, e nem sempre conseguimos atendê-los na medida em que gostaríamos porque também estamos precisando desse tipo de apoio, ainda estamos também com uma unidade em formação. Não por acaso, o Departamento-Geral de Políticas Regionais da União Europeia é um parceiro nosso. Também estamos em processo de constituição. É importante colocar isso.

Só em 2005 — esse é outro detalhe importante — é que esse Ministério gera a sua missão institucional. O Ministério da Integração Nacional, criado em 1999, não tinha missão clara; em 2005, a partir de uma iniciativa importante, um planejamento estratégico sobre o qual a Casa se debruça, entendemos que esse é o Ministério do combate às desigualdades regionais. Se existe um problema nacional importante, é a desigualdade regional, nas suas



múltiplas escalas, como eu disse. Então, entendemos que esse é o Ministério que vai trabalhar para a redução das desigualdades, com inclusão social, evidentemente — o cidadão faz parte do território, e é preponderante um território —, e usando a diversidade brasileira no bom sentido, apoderando-se da diversidade brasileira.

A diversidade regional brasileira não é mais, eu diria, empecilho ao processo de redução das desigualdades; muito pelo contrário, é aliada desse processo e, como eu disse, o principal instrumento da PNDR, que foi institucionalizada em 22 de fevereiro de 2007, através do Decreto nº 6.047.

O objeto da política, portanto, é o combate à desigualdade regional, a estagnação econômica, que é diferente de combate à pobreza. Mas temos um grande desafio. Eu quero usar esse fluxo aqui só para estabelecer muito claramente o que estou chamando de grande desafio. As políticas setoriais, via de regra, têm uma base territorial muito importante. Então, um dos grandes desafios da política regional, aqui e em qualquer lugar do mundo — a União Europeia hoje também lida muito seriamente com esse desafio, porque é uma das líderes dessa questão regional no mundo, trabalha com políticas regionais há muito tempo; ela também enxerga esse desafio —, é coordenar as diversas políticas setoriais com desenho territorial ou rebatimento territorial.

Portanto, é absolutamente improvável que qualquer política regional, por melhor que seja, por mais dinheiro que tenha, por mais capacidade gerencial que tenha, possa responder, dar conta da demanda de redução das desigualdades regionais. Só se consegue efetivamente reduzir desigualdade regional se, além de ter uma política regional forte, com atores capacitados, instituições robustas e recursos duráveis para o processo, se conseguir coordenar todas as políticas setoriais que têm rebatimento no território.

Eu listei algumas aqui: a política agrícola, a política de ciência e tecnologia, a política de desenvolvimento produtivo. Quanto mais capacidade o Governo tiver em articular essas diversas políticas setoriais nos territórios selecionados, maior a capacidade de reduzirmos a desigualdade regional. De novo: o Bolsa-Família não é suficiente para reduzir a desigualdade regional; a política regional por si só também não o é. Por ter base territorial, a política regional requer um conjunto de esforços articulados dos diversos escaninhos do Governo Federal para que possamos ter sucesso nesse processo de combate e redução das desigualdades. É fundamental pensar isso.

Eu estou falando em Política Regional e Política Nacional de Desenvolvimento Regional. A outra tela mostrava exatamente isso. Por que ela é nacional? Porque ela hoje olha o território brasileiro como um todo. Não olha mais o Norte, Nordeste, Centro-Oeste apenas como problemas regionais. Ela é nacional também porque conta com todo o



conjunto dos atores que hoje têm protagonismo no território. Uma política nacional não pode ser uma política de protagonismo do Governo Federal, ela deve contar, evidentemente, com todos os escaninhos da Federação e, mais, com os outros atores que têm hoje protagonismo no território: a iniciativa privada, o terceiro setor, que tem um papel importante e é parceiro nosso na gestão de todo esse nosso território. É por isso que ela é nacional.

Para falar em redução das desigualdades, para olhar o desafio, numa política regional, do que devemos atacar em termos de redução das desigualdades, temos que ter critérios para olhar o território. O que estabelecemos dentro desse conjunto de critérios para olhar o território é o que chamamos de tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que dá critérios ao território brasileiro a partir do cruzamento de duas variáveis: renda média mensal *per capita* e variação do PIB em duas pontas de um contínuo. Estou trabalhando variação do PIB da década de 90 e do começo do novo século.

Então construo uma tipologia de referência em que, de alguma forma, faço enxergar no território as regiões que têm problemáticas diferenciadas para a atuação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Na realidade, preciso ter critérios para eleger territórios prioritários para a política.

A tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional gera um mapa com 4 categorias.

Uma é a do Brasil que apelidamos de baixa renda, mas é muito mais do que isso: falta cidadania, política regional e de várias outras sortes. Na realidade, o Brasil da baixa renda é aquele para o qual, sempre digo, o Estado brasileiro sempre esteve de costas. Evidentemente, a iniciativa privada nunca se interessou por ele.

Do outro lado contínuo, o Brasil da alta renda — vou mostrar neste mapa —, o Brasil que está dinâmico e o que está estagnado.

O que é este Brasil branco? É o da alta renda, no qual as entregas de serviços, as possibilidades de desenvolvimento, a qualidade de vida é muito próxima àquela encontrada nos maiores centros mundiais. Detalhe: todas as nossas microrregiões são de alta renda, tirando São Luís e Teresina. Todas as demais capitais — a elaboração do mapa tem base microrregional — são de alta renda.

Volto ao mapa porque meu tempo está se esgotando. Tenho o Brasil verde escuro, o da falta de cidadania, que apelidamos da baixa renda, no qual o Bolsa-Família é fundamental. Tenho formas de gerar emprego e renda nesse Brasil da baixa renda se e somente se houver cidadania nessa parte do território nacional. Nem sempre há. Portanto, o Bolsa-Família é um instrumento de cidadania e deve ser usado amplamente. É o que quero mostrar para os senhores no mapa.





A estratégia de abordagem do território é dada por este nosso mapa.

Já no Brasil da alta renda, branco, é preciso ter um outro tipo de abordagem em relação ao desenvolvimento. Nele não há problema básico, crasso de redução de desigualdade regional. Há problemas de pobreza, de desigualdade intrarregional, com aspectos históricos. Pequenas partes dos territórios ainda estão excluídas por uma razão ou outra. É outra problemática. Portanto, é usado outro conjunto de instrumentos neste Brasil branco, da alta renda.

E existem as outras duas categorias: o verde, que é o estagnado, o Brasil que, na média, nos últimos 15 anos, vem crescendo abaixo da média nacional — portanto, já teve algum tipo de dinâmica e parou no tempo por alguma razão —; e o amarelo, que é o Brasil dinâmico, que, pelo contrário, vem crescendo acima da média nacional.

O que é o interessante do mapa? É que ele nos dá critérios para chegar ao território.

Para o território do Brasil da baixa renda, verde escuro, tenho um tipo de abordagem; para o território que já tem dinâmica, apesar de toda a mediocridade do crescimento nacional nos últimos 15 anos... Este não é um País para crescer à média de 2% ao ano. Estou abstraindo esta crise momentânea. Numa situação normal, não dá para crescer a 2% ou 3% ao ano. Este é um País para crescer no mínimo 5%.

Então, apesar de todo esse crescimento medíocre do Brasil nos últimos 15 anos, esses territórios amarelos conseguiram crescer acima da média nacional. Portanto, alguma dinâmica regional está ocorrendo. As políticas públicas devem olhar exatamente isso.

Falei rapidamente da política, do objeto da política, falei dos critérios para selecionar os territórios e sobre a questão do financiamento. Eu ia falar sobre o olhar para o Centro-Oeste, mas o tempo aqui foi reduzido por conta do nosso atraso no começo do painel. A gente pode voltar nisso no debate.

A questão do financiamento dessa política é fundamental. Aqui eu queria destacar apenas dois fatos dessa lista que estou colocando. São diversos os instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional. Queria destacar dois.

O primeiro é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional — que está em discussão hoje, neste momento, dentro da PEC da reforma tributária — fundamental para o salto de qualidade que queremos para a redução das desigualdades regionais. Por que é fundamental? Porque ele dá hoje a possibilidade de apoio a alguns segmentos que nenhum outro instrumento apoia, como, por exemplo, infraestrutura de pequeno e médio porte.

Hoje há um problema seriíssimo de aportar recursos para a infraestrutura de pequeno e médio porte para territórios selecionados dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Por que isso é importante? Porque território que não tem



infraestrutura está excluído do processo nacional de desenvolvimento. Não adianta. Se há um território que não tem luz, o cidadão não consegue ser produtivo. No território que não tem estrada para escoar a produção, o cidadão não consegue se inserir. Um território que não tem água, provavelmente, vai ter um problema muito sério de inclusão social. Então, algumas infraestruturas fundamentais, sobretudo nos territórios com escala menor, hoje não têm acesso a recursos expressivos dentro do conjunto de instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e esse conjunto de possibilidades está inserido no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, só para citar o caso da infraestrutura. A ciência, tecnologia e inovação também são fundamentais, são itens fundamentais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e não estão colocadas.

Só mais um ponto em relação ao financiamento. Temos evoluído muito na questão regional em relação a recursos para crédito à iniciativa privada, e os fundos constitucionais são fundamentais em relação a isso. Temos visto amplamente na mídia, por exemplo, uma propaganda do Banco do Nordeste dizendo que investiu 13 bilhões de reais no ano passado nas suas operações. É verdade. Só o Banco do Nordeste, que é o nosso operador no FNE, apenas no Fundo Constitucional do Nordeste, aplicou 7 bilhões. Aqui, no Fundo Constitucional do Centro-Oeste, foram quase 3,5 bilhões de aplicações. Se eu for fazer uma comparação com a curva para 2003 ou 2002, evoluímos muito na aplicação dos recursos, e não só em relação à quantidade.

Eu teria uma outra tabela para mostrar para vocês que se refere não só a valor, a volume de recursos distribuídos, mas também a números de operações, que é tudo que a gente quer. Queremos democratizar o acesso ao crédito. Temos feito um esforço enorme com o Banco do Brasil, que é o nosso operador no Centro-Oeste, com o Banco da Amazônia, operador na Amazônia, no Norte, e com o Banco do Nordeste, operador do Nordeste, exatamente para que possamos espriar o crédito.

Vamos em frente. Este é o nosso mapa dos territórios prioritários. Hoje trabalhamos com 13 mesorregiões, que são essas manchas em todo o território nacional. A gente trabalha com territórios da cidadania, com as RIDEs. O Carlos Henrique, que está aqui, vai apresentar o nosso esforço na RIDE/DF. Esses territórios que estão hachurados no fundo do mapa são os territórios da cidadania.

Como eu disse, o desafio de redução das desigualdades não é específico do Ministério da Integração Nacional. É importante que outras instâncias de Governo enxerguem a questão da redução das desigualdades. O território da cidadania é um instrumento importante para isso. Evidentemente, a gente precisa, cada vez mais, se articular bem com as políticas públicas, para que possamos, no território, convergir para



interesses nacionais e não para interesses de Pastas. Portanto, é importante que, cada vez mais, se possa exercitar esse processo de coordenação, mas é fundamental esse olhar. O Ministério que governa é insuficiente para o tamanho do desafio.

Vamos em frente, Marcelo.

Este é um conjunto de arranjos produtivos locais. Se eu tivesse um pouco mais de tempo, discutiria com um pouco mais de vagar. Isso a gente implementa dentro daqueles territórios selecionados. A diferença é que boa parte desses arranjos produtivos é forjado pelo conjunto dos atores que têm protagonismo no território. Quando estou falando na RIDE, em Águas Emendadas, por exemplo, ou no Alto Solimões, a determinação de que tipo de atividade o Ministério deve apoiar para redução das desigualdades não parte mais de Brasília, não parte mais do Ministério; parte do conjunto de atores, inclusive do Ministério, num fórum sub-regional. Portanto, a possibilidade de errar na medida, na iniciativa, é muito menor do que antigamente, quando se imaginava que Brasília teria o protagonismo de encaminhar soluções para todos os territórios do Brasil.

Apesar de ter apresentado muito rapidamente toda esse nosso esforço, é importante deixar para as senhoras e senhores algumas observações. Quero destacar 4 ou 5.

Essa iniciativa começou em 2003. Sabemos, por experiência mundial, que a questão regional não se lida num período tão curto de tempo. Você não reduz a desigualdade regional; não inclui territórios efetivamente, e isso é histórico, em 4 ou 8 anos. Portanto, há uma preocupação muito grande de que essa política possa ser uma política de Estado e não apenas de governo. Para isso, é fundamental — e é isso que fazemos desde 2003 — um processo de troca de informações, de apoio dos territórios, dos atores no território, de diversas instâncias para que possamos entender que esse é um processo de toda a sociedade.

Não faz sentido termos um país desigual. Além de ser historicamente desagradável, para não dizer um outro adjetivo, na realidade são irmãos brasileiros condenados por estarem em territórios que historicamente nunca foram objeto de atuação do Estado. Portanto, isso por si só já seria motivo suficiente para se ter uma política regional.

Temos que considerar também que é a questão econômica que fala mais alto aqui. Por que a China, apesar de toda a crise, Wagner, segundo soube, vai crescer quase 6% este ano? Ah, ia crescer 13%, tudo bem, mas vai crescer 6%. Por que os países da União Européia têm um esforço de alargamento do seu território para a inclusão do Leste Europeu? Não é só para contar com diversidade dentro da sua plêiade de atores, não é só isso. É também pela possibilidade de se tornar mais forte na competição global e alargar o seu mercado consumidor.



Então, temos uma massa de consumidores, uma massa de territórios que podiam estar gerando emprego e renda e gerando oportunidades de consumo que estão excluídos do processo nacional. Isso não faz sentido, é uma estupidez. Eu sempre digo que é uma estupidez para a qual se precisa olhar. Isso é política regional. Incluir território, incluir ator que está excluído do processo é política regional. Eu estou pensando em exportação e ter acesso a novos mercados. Eu tenho um mercado brasileiro enorme que não foi atendido por conta da nossa irresponsabilidade histórica. Isso é política regional. Então, eu queria destacar esse primeiro ponto.

Outro ponto: o fortalecimento das nossas instituições e dos nossos atores. Esse é um processo complexo, que demanda tempo, como falei. Geralmente, falamos que qualquer ciclo regional é de 30 anos, no mínimo, segundo o que nos mostra a experiência internacional. Mas, enfim, para se encarar o desafio, é preciso haver instituições fortes e pessoas capacitadas para o desafio nas múltiplas escalas.

Esse é um esforço que o Ministério vem conduzindo, lentamente, e que deve ter um impulso maior a partir do segundo semestre, com o lançamento do Programa Nacional de Capacitação para o Desenvolvimento Regional. É um programa grande, com fôlego, que vai estar além da capacidade do Ministério de arregimentar novos atores e novas instituições para o processo, e quero, mais uma vez, deixar o convite para que todos os senhores e as senhoras sejam nossos parceiros nesse esforço.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Wagner) - Muito obrigado, Henrique, pela clareza e objetividade, embora tenha extrapolado nosso tempo. Mas quando se fala de política de desenvolvimento regional temos vontade de falar o dia todo, de tão interessante e instigante é o tema.

Antes de passar a palavra para a Evangelina, quero destacar alguns pontos da fala do Henrique. O primeiro está relacionado à importância do papel do Ministério da Integração Nacional no que se refere às políticas de desenvolvimento regional. Eu quero discordar um pouco do Henrique dizendo que houve, desde 1964, nesses 45 últimos anos, políticas de desenvolvimento regional; o que não houve foi uma política coordenada de desenvolvimento regional. Então, nesse caso, o Ministério da Integração Nacional, especialmente a Secretaria do Henrique, assume um papel fundamental, que é o da coordenação dessas políticas. Guerra fiscal é uma política regional, mas traz consequências indesejáveis e não consegue otimizar os recursos envolvidos. Na realidade, não é um jogo de soma positiva que os Governadores fazem, e sim, um jogo de soma negativa, em que um ganha menos do que o outro perde. Então esse papel de coordenação é fundamental. Com isso, eu destaco



a importância da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, da qual o Henrique é Secretário.

Esses seriam os pontos.

Passo agora a palavra para a Sra. Evangelina, que falará sobre a REGIC, lembrando que V.Sa. dispõe de 15 minutos.

**A SRA. EVANGELINA DE OLIVEIRA** - Primeiramente, gostaria de agradecer pelo convite para mostrar aqui o nosso trabalho, especialmente em referência à região de influência de Brasília mas, para falar da região de influência de Brasília, a gente precisa tentar situar o que foi o estudo na sua questão geral.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

No estudo Regiões de Influência das Cidades, que nós lançamos no final do ano passado, com data de referência de 2007, já é uma tradição dos estudos do IBGE, mas estamos mais acostumados a ver a microrregião, a mesorregião; são recortes extensivos do espaço, mas têm também a articulação da rede urbana e são ligações pelos fluxos e ligações entre cidades. Como é que a gente fez isso? A partir de uma primeira hierarquia de centros urbanos, vimos qual é a área de influência de cada um deles e delimitamos essa área.

Nós optamos por tomar como eixo, para a hierarquização da cidades, a função de gestão do território, considerando que são os pontos-chave de gestão de território. Mas com toda essa localização, quais foram os eixos que pegamos? Nós pegamos a gestão federal, a gestão empresarial e complementamos com localização de equipamentos de serviços para chegar nessa resultante.

Somente para mostrar o que nós chamamos de gestão federal, nós pegamos, no Poder Executivo, 3 órgãos que têm localização distribuída no espaço: o INSS, a Receita Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego e, no Poder Judiciário, as instâncias da Justiça Federal, do Trabalho e a Eleitoral. Cada uma dessas organizações tem sua própria hierarquia. Então, nós chegamos a uma gestão federal de pouco mais de 900 centros.

Do lado da gestão empresarial, nós temos no IBGE um cadastro de empresas, e sabemos onde estão as diversas unidades de cada empresa: sede e unidades locais, onde elas estão. Nessa articulação, o número de empresas em cada lugar, o número de unidades locais e a quantidade de sedes e as articulações entre, elas também dão hierarquia.

Somando tudo e complementando com o padrão de localização de serviços, que nós não vamos detalhar aqui hoje, chegamos a uma lista de 711 centros de gestão de territórios. Consideramos que esses eram grandes.



Como se faz uma pesquisa de área de influência de fluxo? Você tenta saber aonde as pessoas estão indo. Para esses grandes centros, por exemplo, para Brasília, eu não posso dizer: escuta, de onde é que vem o pessoal? Alguém vai me dizer: mas quem é alguém? O que acontece? Dos demais centros deste País, 80% dos que não estão nessa relação têm até 20 mil habitantes. Então, o agente do IBGE que levanta as pesquisas econômicas, que percorre regularmente uma área, que conhece, tem contatos, informantes, de um modo geral é muito simples ele dizer: ah, de onde vem e para aonde vai.

Nós, então, fizemos um questionário em que levantamos quais são as principais ligações regulares de transporte coletivo — e aí transporte coletivo vai do ônibus ao barco, ao avião, à van, ao que for o principal transporte; quais são os horários e para aonde eles se dirigem preferencialmente. Para a educação superior, aonde é que a maior parte dessa população se dirige, para fazer compras de qualquer nível, enfim, para aonde eles vão.

Vamos ver como a gente fez primeiro, as ligações do centro de gestão do território. Eles foram feitos na base daquela mesma hierarquia que a gente fez. Cada uma daquelas hierarquias que a gente tem, se a gente olhar o próximo, tem um exemplo aqui do INSS e da Justiça do Trabalho, quer dizer, a hierarquia dos níveis da própria administração de cada um.

Todos esses lugares aí são as principais ligações de Brasília, com quem ela está ligada. Você vê que em todo o País existem filiais ou sedes de empresas que estão também representadas em Brasília. Ali, quais são os principais centros com os quais ela se liga. Isso para os centros de gestão, porque não fazia sentido você tentar fazer uma pesquisa direta. A gente trabalhou com dados secundários.

Na próxima, a gente vê que, para as demais cidades, nós fomos fazer esse questionário que eu estava citando.

Aqui temos as ligações regulares de transporte público, onde ele vai pegar, voo regular, em que aeroporto; para o ensino superior, para compras, para o serviço de saúde, para lazer e de onde vêm os jornais que são vendidos na cidade — não de onde vêm as assinaturas, mas onde existem bancas.

Para se ter uma ideia, mapeamos essas relações tema a tema. Nós vimos que tanto jornal como aeroporto tendem a se dirigir para as Capitais mesmo, e os outros são um pouco mais pulverizados.

Chegamos a esta hierarquia urbana. Nós temos as metrópoles, que têm uma enorme área de influência; as Capitais regionais, centro sub-regional, centro de zona, centro local, que são os menores, e isso é mais ou menos encaixado à relação entre eles.



Agora vamos esclarecer uma outra coisa que é preciso saber. Quando a gente fez o levantamento, uma coisa que estamos trabalhando nesse estudo agora no IBGE são, para as grandes manchas urbanas, as áreas de concentração de população. Elas têm tamanho, têm densidade e a coesão interna dada por aquele movimento pendular que está no censo de 2000 ainda, porque agora vamos ter o de 2010 separado. Em 2000, perguntava-se em que município se trabalha ou estuda — a gente não separava trabalho de estudo. Essa articulação só depende disso, ou seja, nós não estamos replicando região metropolitana nem aglomeração urbana. Esse é um estudo técnico.

Para mostrar como fizemos isso, nós temos uma classificação em cima das imagens do grau de urbanização das áreas e essas setinhas que indicam um movimento pendular maior do que 10% da população do município que sai para trabalhar fora vindo para Brasília ou saindo de Brasília. Então, a área de concentração de Brasília junta estes municípios.

Quando eu falo Brasília, no estudo de Regiões de Influência das Cidades, eu falo deste conjunto. Não é a RIDE, não é só Brasília; é este conjunto.

Quando fazemos aquele questionário e vê os fluxos — em vermelho, Brasília; azul é Goiânia; verde é Anápolis — se vê a interpenetração. No estudo de 2000, que foi feito com o IPEA, a Profa. Cláudia já dizia que era um núcleo duplo. No nosso nível de escala, nós mantemos a separação, mas é muito imbricada essa ligação, de fato.

Como fizemos, então, para definir? A gente viu, pelo peso e intensidade, qual é o principal peso de ligação de cada um. Nós limpamos isso e o que está em vermelho e laranja é área de influência de Brasília. O que está em azul vem a Brasília mas não ficou na área de influência da cidade, ficou capturado por outras áreas; em vermelho, está diretamente ligado a Brasília, e em laranja, ele está ligado a um centro que está diretamente ligado a Brasília, naquela linha da hierarquia.

O que é a região de influência de Brasília? Cuiabá e Porto Velhos têm as suas extensas áreas de influência, e eles estão ligadas diretamente a Brasília e a São Paulo. Eles têm uma vinculação dupla, assim como Barreiras e Bom Jesus da Lapa em relação a Brasília e a Salvador.

Diretamente a Brasília, estão os centros locais, que não têm ninguém ligados a eles; mas eles estão ligados. Destaquei em azul o pessoal da RIDE apenas para não nos perdermos nessa confusão de escala que estamos vendo aqui com a RIDE, com o Entorno, com a região de influência.

Temos aqui, via um centro de zona, que é Campos Belos, e via o centro de Posse. Então, temos essas ligações. Além disso, via os centros mineiros também.



O que acontece aqui? De cabeça, porque eu não anotei, Abadiânia e Alexânia não estão na área de Brasília; estão na área de Anápolis. Pirenópolis também está na área de Anápolis.

Aqui, a região de influência — cortamos para não perder o mapa, que estava na capa, que vai até Rondônia e Mato Grosso. Essa é a região de influência de Brasília de que estamos tratando aqui.

O próximo é só para não esquecermos que é uma metrópole nacional e a ligação dela com todos os outros. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Wagner) - Muito obrigado, Evangelina. Como sempre, foi precisa tanto no estudo quanto no tempo.

Um pequeno comentário em relação a esse estudo é que ele mostra cabalmente que qualquer ação no território não se limita às fronteiras da região onde incide essa ação. Sabemos que essas ações transpõem as fronteiras do território, as fronteiras da região.

Esse estudo mostra claramente isto, ou seja, que há uma interação muito forte entre as cidades. Essa interação deve ser considerada no momento em que se toma uma decisão em termos de política pública — isso tanto para o bem quanto para o mal.

Passarei a palavra agora para o pesquisador do IPEA, Dr. Paulo Furtado, que irá falar sobre indicadores de desenvolvimento.

**O SR. PAULO FURTADO** - Boa tarde. Inicialmente, quero agradecer pela oportunidade de poder compartilhar com as senhoras e os senhores alguns dos resultados de uma pesquisa, feita no âmbito do IPEA, preocupada em estudar basicamente não as estratégias para o desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, mas as dimensões de crescimento dos municípios brasileiros.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Iremos basicamente discutir aqui, primeiro, uma parte das dimensões de indicadores municipais desse trabalho; depois, iremos mostrar alguns resultados do Centro-Oeste, dessa região da RIDE e do Brasil.

Qual foi nossa preocupação básica? Desenvolver um modelo teórico em que pudéssemos, através de indicadores simples, compor um indicador geral que classificasse os municípios brasileiros de acordo com seu desenvolvimento e da sua dinâmica de crescimento.

Então, escolhemos basicamente 6 indicadores voltados a aspectos socioeconômicos, e em cada um desses aspectos levantamos algumas variáveis básicas que pudessem, no seu conjunto, representar e gerar um indicador de cada um desses itens, de desenvolvimento humano, econômico, tecnológico, fiscal e assim por diante. Ao final





desse desenvolvimento, foi feito um indicador composto, geral e, a partir dele, conseguimos classificar os municípios brasileiros.

Basicamente, o que houve? Nós construímos esses índices tentando compreender e medir certos fenômenos e, além disso, avaliar a evolução no tempo e em diferentes unidades os municípios brasileiros.

Vários desses indicadores têm como exemplo o quê? Indicadores de competitividade, de industrialização, de desenvolvimento e assim por diante.

A inovação metodológica do trabalho foi que esses índices foram calculados a partir de uma técnica estatística chamada de primeiro componente principal. Fizemos seis subindicadores, como já foi discutido, e pegamos as características básicas do Estado, do desenvolvimento de cada um desses municípios, e tentamos criar tipologias para reconhecer aglomerados municipais, ou seja, municípios parecidos uns com outros, em termos homogêneos e em termos de características socioeconômicas.

O primeiro é o Índice de Desenvolvimento Humano — IDH, muito conhecido. O que capta esse índice? O estado de desenvolvimento social e da economia a partir de três dimensões básicas: renda *per capita*, escolaridade e saúde. Esse é um índice internacional desenvolvido pelo PNUD. É realizado no Brasil com os dados do Censo Demográfico e vários indicadores secundários. É feito hoje em dia pelo PNUD e pelo IPEA.

Como fizemos com relação ao índice de desenvolvimento econômico? Tentamos captar o estado de desenvolvimento de cada município, a partir das características de estudo do chefe do domicílio, da formalização da mão-de-obra, da renda *per capita*, de indicador de salários, e assim por diante. Obtivemos vários indicadores de cada um desses pontos, que juntamos para fazer um índice de desenvolvimento econômico.

Depois elaboramos um índice de desenvolvimento tecnológico. Tentamos medir o desenvolvimento e a capacidade de absorção de tecnologia de cada um desses municípios. O que fizemos? Estudamos a possibilidade de criação e de fusão de novas tecnologias e o nível de capital humano em cada um dos municípios brasileiros, tentando compor um indicador de desenvolvimento tecnológico.

O indicador de desenvolvimento fiscal, obviamente, é aquele que está focado no estado de desenvolvimento da administração municipal. Considera-se a relação de despesa total, despesa de pessoal, investimento, receita tributária, sub-receita total e assim por diante, e cria-se o índice.

Em seguida, fizemos o índice de desenvolvimento bancário. Tentamos ilustrar as atividades do município em relação a atividades de interesse econômico. Considera-se o número de agências, as operações de crédito de cada município e assim por diante.



Por último, o de desenvolvimento municipal. Consideramos o estado recente da economia municipal. Consideramos, portanto, a massa salarial do setor formal, com informações que vêm do Ministério do Trabalho, da RAS, a variação anual do número de empresas, a taxa de crescimento do PIB e assim por diante. Criamos um indicador de dinamismo municipal.

Juntamos todos esses seis índices de cada um dos municípios para fazer um indicador geral.

Este é o resultado básico para todo o Brasil.

Pega-se a distribuição espacial do indicador geral, em que se verifica obviamente, como já foi mostrado pelo Sr. Henrique e pela pesquisa do IBGE, uma concentração muito grande nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, e alguns pontos problemáticos no Norte e no Nordeste.

Esse mapa mostra a distribuição de desempenho e polaridade dos municípios brasileiros. O que temos? Uma grande parcela de municípios no Centro-Oeste tem levado desempenho e centralidade, quer dizer, há uma evolução grande e recente da produção brasileira para o Centro-Oeste, e essa tendência, aparentemente, é sustentável.

Temos, ainda, alguma coisa no oeste baiano, no polo Petrolina-Juazeiro.

As capitais do Nordeste ainda aparecem como fortes polos de centralidade, mas o Nordeste como um todo, especialmente o centro árido, tem muito problema de baixo desempenho. Isso é o que o mapa geral está mostrando.

Na classificação geral, o que fizemos? O Município de São Paulo é o número um em cada um dos índices. Então, vemos a importância que cada um desses indicadores, seja econômico, seja de desenvolvimento municipal, seja o IDH, seja o tecnológico e assim por diante, tem na composição do indicador geral de cada um dos municípios brasileiros.

A classificação básica, pela ordem, aponta São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e assim por diante.

O que vai chamar a atenção dos senhores — pelo menos nos chamou muito a atenção — foi o aparecimento de Adamantina muito bem classificada entre os municípios brasileiros, apesar de pequeno e de recente formação. E isso ocorreu em razão da força que tem o IDH na composição do índice geral para Adamantina.

Para o Centro-Oeste, o que temos? Obviamente, Brasília, em primeiro lugar, depois Goiânia, Campo Grande, Cuiabá. Isso quer dizer que as capitais são os polos de desenvolvimento, sendo algumas cidades fronteiras agrícolas, como Campos de Julho e Anápolis. E nesses Municípios há a participação de cada um desses índices na composição do indicador geral.



No Centro-Oeste, obviamente, temos como destaques as capitais. Anápolis aparece como importante município em termos comerciais e de desenvolvimento da região, além dos municípios localizados na área de expansão da fronteira agrícola.

Há o Município de Campos de Julho, que, apesar da pequena população, é o quinto melhor em termos de desempenho no Centro-Oeste.

Na região do RIDE, temos Brasília e — uma boa notícia para todos os Prefeitos da região —, aparentemente, todas as demais cidades com indicadores muito parecidos. Algumas se destacam, a exemplo de Luziânia, Unaí, Cidade Ocidental, etc., mas de modo geral estão todas muito próximas.

A má notícia é que o índice de desenvolvimento tecnológico é muito baixo em cada uma dessas cidades, à exceção, obviamente, de Brasília. Isso quer dizer que há um desafio muito grande para todos os senhores, no sentido de desenvolvimento da região.

Portanto, essa foi basicamente a pesquisa feita no IPEA. Ela nos traz algumas indicações, algumas sugestões em termos de políticas públicas. Por quê? Porque classificamos os Municípios segundo diferentes aspectos socioeconômicos e tecnológicos. Então, é possível se desenhar políticas públicas para cada um desses indicadores específicos. Também é possível, no âmbito municipal, sabermos quais indicadores estão melhor classificados em relação aos outros e, portanto, como se vão priorizar tais políticas públicas.

Esse é o resultado do estudo, o qual está à disposição, via Internet, na página do IPEA.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Wagner) - Muito obrigado, Sr. Paulo Furtado.

Faço um rápido comentário: esses indicadores revelam um dado importante: São Paulo está-se destacando dos demais e, embora Brasília ocupe nesse *ranking* a terceira posição, o nível do seu indicador equivale a menos de 30% daquele observado em São Paulo.

Ao analisarmos os outros Municípios dessa RIDE, os respectivos índices não chegam a 10% dos indicadores de São Paulo. Isso revela a gravidade do desenvolvimento aqui no Centro-Oeste, quando comparados com São Paulo.

Acredito que ainda tenhamos um tempo para debate, o que acho importante.

Eu gostaria de passar a palavra à plateia. Àqueles que quiserem fazer perguntas ou comentários informo que as inscrições estão abertas.

Peço às pessoas que se identifiquem e sejam breves nos comentários.



**O SR. EDMÍLSON** - Boa tarde! Sou Secretário de Infância, Juventude e Igualdade Racial de Formosa, no Estado de Goiás.

Eu gostaria de dizer a alguns expositores que o nosso Município de Formosa foi esquecido — não sei qual foi o critério utilizado no estudo.

Acho oportuno esse debate travado entre o Sr. Sérgio, o Deputado Rodrigo Rollemberg e a Sra. Evangelina, mas essa discussão sobre o desenvolvimento do Entorno, se não me engano, é feita há 22 anos. Sempre fomos chamados para pensar no Entorno do ponto de vista político, social e econômico. Mas retornamos às nossas cidades e os problemas continuam; e, por ironia do destino, esses encontros sempre ocorrem quando se vão avizinhandos as campanhas eleitorais.

Desculpem-se, pois posso estar parecendo chato, desagradável e deselegante.

Ouvi uma observação do Vereador Geraldinho — permita-me chamá-lo assim, carinhosamente —, da Cidade Ocidental, sobre a atuação dos Deputados do Estado de Goiás, no sentido de que S.Exas. precisam ser mais atuantes. Mas se começarmos a entender que o Distrito Federal trouxe a nós desenvolvimento, devemos constatar que também vieram as grandes mazelas com o crescimento desordenado das nossas cidades. Se não começarmos a responsabilizar os Deputados de Goiás, se não chamarmos S.Exas. a refletir sobre a questão, se ficarmos exaustivamente discutindo sem buscar soluções práticas e pragmáticas para resolver essas questões, de nada adiantarão esses nossos trabalhos.

Prestei muita atenção ao discurso do Vice-Governador de Brasília, quando S.Exa. fez um relato sobre um adolescente, ou um menino, que saiu de uma cidade do Entorno e veio a Brasília fazer pichações. Espero que isso, para o Vice-Governador e demais autoridades, seja um ponto para discussão e reflexão, porque o adolescente de hoje é diferente do adolescente de alguns anos, pois hoje são jovens críticos, com informações que lhes chegam muito rapidamente. E esses jovens estão-nos dizendo: *“Olhem, autoridades, vamos refletir e discutir as nossas questões, pois não podemos mais crescer nesse Entorno do Distrito Federal sem o mínimo de perspectiva”*. É isso o que eles estão falando! Eles vêm até aqui para pichar um prédio — e não os estou defendendo —, mas esse fato é uma forma diferente de protestar. E não digo que estão corretos, mas chamam a atenção das autoridades que estão na capital e que decidem os destinos deste País.

De nada adianta discutirmos os problemas se essa discussão não for perene, pois os políticos estarão navegando e discutindo no vazio. Isso não adianta! Após refletirmos sobre os problemas, deve ser eleita uma comissão permanente, composta pelos políticos que nos estão convocando para repensar o Entorno do Distrito Federal — a fim de se reunir com



cada gestor público, cada prefeito e seu secretariado para pensar no desenvolvimento daquela cidade, chamando a atenção das autoridades do Distrito Federal para o fato de que ela é problema, sim. Não deixemos de reconhecer a importância do Distrito Federal e de Brasília para essa região, mas ela nos trouxe problemas. E não refletimos, não procuramos uma saída prática, pragmática, séria, ordeira, progressista, de forma que a nossa comunidade, que o nosso povo sentisse efetivamente a mudança.

Era o que eu queria dizer. Urge repensar a questão!

Sou Secretário da Infância e Juventude. Não adianta falar em desenvolvimento sem pensar num recorte racial também, e isso é questão de agenda, apesar de o Governo Federal ter-se voltado para a maioria excluída deste País. Não adianta pensar no desenvolvimento sem considerar o empresário negro. Nós já estamos discutindo essa questão; falta que os senhores voltem seu olhar mais crítico para os nossos problemas, a fim de resolvê-los.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Wagner) - Muito obrigado, Sr. Edmílson.

Temos mais um inscrito, ao qual peço brevidade, em função de o nosso tempo ser escasso.

**O SR. MAX COELHO** - Boa tarde a todas e a todos! Meu nome é Max Coelho. Sou Coordenador do Programa de Microcrédito, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Eu gostaria de fazer uma pergunta a cada pesquisador.

Do pesquisador Henrique eu gostaria de saber quais são as ações efetivas que o Ministério da Integração está desenvolvendo no Entorno no sentido de promover o desenvolvimento dessa região.

Da Sra. Evangelina eu gostaria de saber como está a evolução dessa migração nos últimos cinco ou dez anos. Ela vem aumentando? Ela se vem estagnando ou vem evoluindo de forma crescente?

Por último, dirijo-me ao Sr. Paulo Furtado, que mapeou as dez cidades que apresentaram grande desenvolvimento. Tirando Brasília, que tem o foco da Administração Pública, e tirando algumas cidades que têm fronteira agrícola, que características influenciaram o desenvolvimento das demais cidades do Entorno do Distrito Federal?

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Wagner) - Acho que podemos fazer mais uma pergunta, para que os palestrantes respondam a um conjunto de três questões.

Há mais algum inscrito? *(Pausa.)*



Comentando rapidamente a fala do Sr. Edmilson, acredito que se pode tirar algumas lições importantes deste seminário. Agora, imediatamente, podemos tirar uma lição importante: o desenvolvimento regional não é responsabilidade exclusiva do Município, não é responsabilidade exclusiva do Estado, não é responsabilidade exclusiva do Governo Federal, e sim das três esferas de governo.

Sabemos que o acúmulo de capital físico não é suficiente para promover o crescimento de dada região, e o acúmulo de capital humano também não. Precisamos, além desses capitais, de ações integradas em vários níveis de governo, em conjunto com a sociedade.

Portanto, a responsabilidade é de todos, não é do prefeito, do governador, do presidente. E um seminário como este, em que agentes do Governo Federal — Ministério da Integração Nacional, IPEA e IBGE — sentam-se ao lado de agentes dos Governos Estaduais e de prefeitos, mostra claramente que há compreensão dessa corresponsabilidade. Com isso, acredito que poderemos trabalhar de forma melhor, com maior clareza e maior determinação. Talvez esta seja a primeira lição que podemos tirar deste evento, e certamente outras lições virão com o desenrolar das palestras.

Vou passar a palavra aos demais membros da Mesa, para responderem às indagações feitas. Primeiramente, concedo a palavra ao Sr. Henrique.

**O SR. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA** - Obrigado.

O primeiro comentário relaciona-se ao questionamento do Sr. Max.

Resolvi fazer minha apresentação mais voltada para a questão da política nacional — e isso, evidentemente, tem um rebatimento importante na questão do Centro-Oeste — porque vamos ter, durante o evento, diversas contribuições. Colegas do Ministério da Integração Nacional vão responder, de forma muito mais qualificada, às suas perguntas. Em seguida, o Sr. Carlos Henrique vai trazer toda a nossa ação na RIDE.

Basicamente, já adiantando alguma coisa, o que fazemos hoje na Política Nacional de Desenvolvimento Regional é inverter o *modus operandi* de política regional no Brasil, que, como eu disse — e depois vou fazer um gancho com a questão do Edmilson —, sempre foi feita de cima para baixo, a partir de grandes projetos de integração regional. O projeto de Brasília e o projeto da Zona Franca de Manaus, por exemplo, são típicos do *modus operandi*, do paradigma de desenvolvimento regional do Brasil que queremos superar.

Estava na cara, era absolutamente óbvio que gerar um projeto como Brasília ou como a Zona Franca de Manaus ensejaria uma desordem territorial absurda. Gerar um projeto como Brasília ou como o Polo Industrial de Manaus, por exemplo, sem um processo



de política regional, sem passar trinta a quarenta anos fazendo planejamento, acordando ações de atores, estabelecendo etapas no processo de desenvolvimento, é morte anunciada. É evidente que o problema do Entorno de Brasília aconteceria. Há uma ilha da fantasia dentro de um território que foi absolutamente modificado.

Essa é a discussão que há hoje em torno do Polo Industrial de Manaus. Não se trata dessa discussão estéril sobre se o caboclo era mais feliz quando não existia Manaus ou se hoje é mais feliz morando miseravelmente na periferia de Manaus. Não é essa a discussão. A discussão é a seguinte: essa foi uma determinação do Estado brasileiro, e agora temos de correr atrás de um problema seriíssimo. A cada dia que passa — esse era o gancho que eu queria fazer com a questão do Sr. Edmilson —, o problema se torna mais grave. A cada dia que passa, mais importante se torna uma política regional para esse território. A cada dia que passa, a ausência de uma política regional para esse território vai ocasionando problemas mais sérios, num futuro próximo. Vimos falando isso há pelo menos dez anos.

Menos mau que tenhamos começado a fazer um esforço nesse sentido a partir de 2003, mas é preciso continuar. Essa redução das desigualdades precisa ser um projeto de Estado, um projeto da Nação brasileira, com olhar diferenciado para territórios diferenciados, e temos uma questão diferenciada no Entorno de Brasília.

Esta era a minha ideia: discutir essas questões políticas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Quanto tratarmos da RIDE, vamos falar sobre como gerar emprego e renda nos territórios numa outra concepção, ou seja, a partir dos interesses forjados pelo conjunto de atores do território, e sobre como organizarmos esses atores.

Diz-se o tempo todo que o protagonismo deve ser compartilhado. É evidente que sim, mas para haver um protagonismo compartilhado precisamos de instrumentos. Governo Federal, Governos Estaduais, Governos Municipais, Governo Distrital, os múltiplos atores do terceiro setor e a iniciativa privada têm de se entender. Esse não é um processo trivial, não estamos acostumados a trabalhar assim. É muito fácil, no discurso, dizer isto: *“Essa é nossa ideia; estamos tentando trabalhar dessa forma”*, mas isso é uma construção coletiva que demora anos. A cada dia que passa, colocamos uma pedrinha nessa construção não trivial, porque se trata de uma mudança de paradigma.

Portanto, é isto o que fazemos: organização social. Investimos muito em organização social, investimos muito em geração de emprego e renda por meio de diversas ações e arranjos produtivos locais, como os que estavam colocados naquele mapa, e hoje procuramos convergir toda a nossa possibilidade de infraestrutura para o projeto do território. Não é mais o projeto do Governo Federal; não pode ser o projeto do Ministério A,



B ou C; tem que ser o projeto do território. E o projeto do território passa também pelo Governo Federal.

Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Wagner) - Com a palavra a Sra. Evangelina de Oliveira.

**A SRA. EVANGELINA DE OLIVEIRA** - Foram 2 perguntas, uma delas sobre Formosa.

Eu sabia que estava faltando uma transparência na minha apresentação. Quando eu falei, havia focado na região de influência de Brasília. Na verdade, pelo nosso estudo, Formosa não está mais ligada a Brasília; acho eu que a Anápolis. Mas não saberia lhe dizer.

Os dados que utilizamos estão na Internet. Na página do IBGE há uma ligação para acessar o estudo Regiões de Influência das Cidades.

Quando falamos no estudo, lembro sempre dos mapas. Todos têm uma nota dizendo que o IBGE agradece a indicação de qualquer erro ou omissão. Sempre digo que um trabalho desse tipo acaba sendo impressionista, porque não se tem dados, como: 225 pessoas vão para lá; 322, para cá. O estudo deixa margem para discussão. Foi por isso que não falei nada.

Quanto à migração, confesso que me fixei muito na linha do que era região de influência das cidades. A migração não foi um indicador utilizado, porque já estava muito defasado durante o estudo. Quando saiu o resultado da contagem, já estávamos no final; por isso, não o utilizamos. Mas alguns dados da CODEPLAN apresentados pelo Dr. Rosso fazem-me pensar que de fato ela continua muito intensa. Mas eu não saberia afirmar isso.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Wagner) - Com a palavra o Sr. Paulo Furtado.

**O SR. PAULO FURTADO** - Apresentei apenas o mapa dos 10 melhores e assim por diante; por uma questão de exposição mesmo. Mas temos o resultado para todos os municípios brasileiros que compuseram o estudo. Basicamente, o que se destaca: aquilo que foi apresentado em mapa, muito interessante. mostrado pelo Henrique. Há no Brasil regiões dinâmicas, regiões estagnadas e áreas específicas de atenção do Governo Federal voltadas ao desenvolvimento dessas regiões.

Considero um tema importante para discussão neste seminário: há muitos anos tinha-se a ideia teórica de que existiam polos de desenvolvimento e a partir de determinados centros territoriais podia-se irradiar o desenvolvimento. Em grande medida, há 30, 40 anos essa foi a política nos polos de desenvolvimento.

Como destacou o Henrique, o grande desafio hoje é vencer as desigualdades regionais, seja em relação ao País, a microrregiões, a regiões específicas. A mim, muito me





preocupa que essa ideia do polo de desenvolvimento Brasília não seja em relação ao Entorno um buraco negro que atraia todo mundo e nada ali se desenvolva. É preciso haver preocupação com as políticas públicas, como chegar a políticas equilibradas de desenvolvimento regional.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Wagner) - Obrigado, Paulo.

Damos por encerrado este Painei.

Muito obrigado a todos pela paciência. (*Palmas.*)

**O SR. APRESENTADOR** - Dando continuidade às atividades programadas para esta tarde, passamos imediatamente à composição da Mesa, que tem como tema *Estratégias de Desenvolvimento Regional nas suas Diversas Escalas*.

Para coordená-la, convido a Sra. Maria Eulália Franco, Diretora do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal — SEBRAE-DF (*palmas*); como palestrantes, convidamos o Sr. Júlio Miragaya, Vice-Presidente do Instituto Brasiliense de Estudos Socioeconômicos — IBRASE, e o Sr. Frederico Vítório Valente, Diretor do Departamento de Promoção de Investimentos da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional. (*Palmas.*)

Passo a palavra à Sra. Maria Eulália Franco, Coordenadora desta Mesa.

**A SRA. MARIA EULÁLIA FRANCO** - Boa tarde a todos.

É um prazer estar aqui com vocês para debate da maior importância para a região.

O tema diz respeito a 2 propostas que pretendemos ver concretizadas em breve.

Primeiro, a apresentação de um estudo denominado *Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal e seu Entorno*, trabalho que nasceu da cooperação dos SEBRAEs do Distrito Federal, de Goiás — inclusive gostaria de saudar o Sr. Carlos Alberto Guimarães, Diretor do SEBRAE-GO (*palmas*) —, de Minas Gerais e da Bahia, que participou desse estudo por possuir municípios de grande impacto, de grande influência em Brasília, e da parceria feita com o IBRASE, que nos apresentou Júlio Miragaya, um economista apaixonado por esse trabalho sobre desenvolvimento regional.

Queremos apresentá-lo a todos vocês e trocar experiências. Sentimos a seriedade dessa proposta de desenvolvimento sustentável.

Segundo tema, bastante palpitante e de muita ansiedade: Frederico Valente, o homem do Centro-Oeste, uma pessoa bastante comprometida com a causa, vai falar sobre a SUDECO, um organismo que pode chegar numa hora bastante preciosa, numa hora em que as pessoas se dispõem a estar aqui o dia inteiro para trocar ideias e passar suas experiências a fim de fazermos um trabalho em todas as esferas, envolvendo a sociedade, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, principalmente e os empresários,



principalmente, porque quando se fala em desenvolvimento precisamos, e muito, da presença das lideranças empresariais, a fim de que se possa manter realmente aquele destino traçado para Brasília. Quer dizer, avançar além-mar, conhecer o interior do Brasil e continuar aqui com aquela função de trazer para cá, para a nossa região, o desenvolvimento sustentável.

Passo, então, primeiramente, a palavra ao Sr. Júlio Miragaya para iniciar sua apresentação.

**O SR. JÚLIO MIRAGAYA** - Obrigado, Maria Eulália. Boa tarde.

Inicialmente, meus cumprimentos a todos os presentes, incluindo o meu colega Frederico.

A Eulália fez uma apresentação parcial, mas devo dizer que o IBRASE – Instituto Brasiliense de Estudos Socioeconômicos – nasceu de um esforço conjunto do Conselho Regional de Economia e sindicatos de economistas, mobilizando uma série de entidades aqui do Distrito Federal, com o propósito de promover e intensificar o estudo e o debate sobre a realidade econômica e social do Distrito Federal e de sua ampla região de influência.

Como disse a Eulália, esse estudo é fruto dessa parceria do IBRASE com o SEBRAE, não só do Distrito Federal, mas dos SEBRAEs de Goiás, de Minas Gerais e da Bahia, Estados por onde se estende essa área de influência de Brasília, e a Evangelina do IBGE já teve oportunidade de apresentar alguns desses elementos aqui.

De nossa parte, iremos apresentar esse estudo, que tem como objetivo principal mostrar um elenco de estratégias pertinentes à promoção do desenvolvimento da região, sem ter a pretensão de esgotar a discussão, mas principalmente provocá-la. Várias considerações foram feitas aqui anteriormente, mas acho que está na hora de sairmos desse debate acumulado e bastante intenso, particularmente aqui em Brasília, mesmo corroborando com os argumentos formulados por várias pessoas que se manifestaram aqui, para, a partir deste Seminário — e amanhã, no encerramento, teremos os encaminhamentos —, firmar alguns compromissos.

Como estão presentes aqui representantes do Governo Federal, de governos estaduais, de diversas instituições e universidades, talvez seja possível firmar alguns compromissos no sentido de avançar nessa direção.

Farei uma apresentação muito sucinta, tendo em vista que esse estudo já foi distribuído para todos aqui. Assim, irei destacar apenas alguns elementos que considero mais importantes. *(Pausa.)*

*(Segue-se exibição de imagens.)*



Esta apresentação será dividida em 4 blocos.

Primeiramente, iremos identificar e precisar a área, com um breve diagnóstico, traçando alguns cenários, também muito breves, e proposta dessas estratégias.

Aqui, a localização dessa área de influência de Brasília. Aqui, separado no miolo, o quadrilátero, o Distrito Federal. Essa primeira região que o circunda é denominada de entorno metropolitano. Ele não significa a totalidade de RIDE, porque compreende 10 dos 22 municípios goianos e mineiros que compõem a RIDE. São municípios conurbados ou em processo de conurbação com o Distrito Federal. Eles travam com o DF relações de natureza nitidamente metropolitana, conformam um único mercado de trabalho. Depois, vamos apresentar alguns elementos que comprovam essa caracterização.

Essa área em amarelo, mais ampla, é o que denominamos “entorno não metropolitano”.

Esse é um vídeo produzido pelo SEBRAE, que mostra um pouco da contradição existente no Distrito Federal. Selecionamos, inclusive, uma cidade satélite, Santa Maria, que sequer configura o extremo dessa disparidade entre o DF e o entorno.

*(Exibição de vídeo.)*

Está sendo apresentado o Novo Gama. Embora não tenhamos o som, o vídeo é muito rápido e revela esse fosso, essa distância entre os indicadores econômicos e sociais desse entorno metropolitano com o quadrilátero. Apresenta-se a cidade de Santa Maria.

Quem tem acesso, por exemplo, aos dados da PED, Pesquisa sobre Emprego e Desemprego, vê muito claramente a existência de uma escala entre os grupos e regiões administrativas do DF de maior renda e de menor renda: quando mais elevada a renda, menor a taxa de desemprego.

Observamos que Santa Maria está naquele grupo de cidades satélites de menor renda, com uma taxa de desemprego bem acima da média do DF. Mesmo assim, os indicadores de desemprego e de PIB *per capita* de Santa Maria são bastante superiores aos do Novo Gama, por exemplo, que está tão-somente do outro lado da fronteira.

Encerrada essa apresentação, o diagnóstico é que o Distrito Federal possui 5.800 quilômetros quadrados; o entorno metropolitano, composto por 10 Municípios goianos, tem 18 mil quilômetros quadrados; e o entorno não metropolitano, 162 mil quilômetros. Portanto, a área de influência de Brasília — e o critério do IBGE foi o de selecionar as microrregiões homogêneas — estende-se por um total de 186 mil quilômetros quadrados.

A razão desse critério é distinta. A estimativa do IBGE para 2008 aponta para 2 milhões e 557 mil habitantes no Distrito Federal; 883 mil habitantes no entorno metropolitano



e 838 mil no entorno não metropolitano. De forma que toda a região tem pouco mais de 4 milhões de habitantes.

É importante destacar que o que seria a virtual área metropolitana de Brasília, ou seja, a soma do Distrito Federal e do entorno metropolitano, tem população total de quase 3 milhões e 500 mil habitantes. Seria hoje a sexta maior área metropolitana do Brasil, caso assim fosse entendida a área virtual.

A densidade demográfica é muito mais elevada no DF, acima de 400 habitantes por quilômetro quadrado. No entorno é pouco menos de 50 habitantes por quilômetro. E no entorno não metropolitano, tão-somente 5 habitantes por quilômetro quadrado — e uma área essencialmente agrária.

O PIB registra uma diferença brutal. Os últimos dados de 2006 revelam que, no Distrito Federal, o número é de 89 bilhões e 600 milhões de reais. No entorno metropolitano, nos 10 Municípios goianos, o PIB é de 4 bilhões e 40 milhões de reais. No entorno não metropolitano, pouco menos de 6 bilhões de reais. O total perfaz pouco menos de 100 bilhões no conjunto.

Quanto ao PIB *per capita*, a disparidade fica bem clara. No Distrito Federal, entre as Unidades da Federação, há o maior PIB *per capita* do Brasil, com 37.600 reais — dados de 2006. No entorno metropolitano, 4.900 reais. No entorno não metropolitano, área mais ampla, 7.300 reais.

Ou seja, o PIB *per capita* desses Municípios conurbados ao Distrito Federal é bastante inferior ao que se verifica nessa área agrária mais ampla de influência do DF.

Vou mostrar alguns dados em relação à importância da participação do setor público para a economia do Distrito Federal. No caso do rendimento médio mensal, o salário, a média dos assalariados do setor público aparece em cor azul.

Atualmente, ou melhor, em 2006, a renda média do assalariado do setor público tem aumentado em termos reais, chegando a 3.100 reais, mas a média está estacionada. Isso significa que a renda média do setor privado caiu, mas a média dos salários pagos pelo setor público em Brasília continua 4 vezes superior à média paga pelo setor privado.

Isso demonstra 2 coisas: primeiro, a importância do setor público para a economia local. Do total da massa de renda do Distrito Federal, 52% são originários dos salários dos servidores públicos. De outro lado, demonstra-se, também, a debilidade da economia privada no Distrito Federal.

Com relação à participação do setor público no emprego, diferentemente do que ocorre com a renda, a evolução é bem menor. De 200 mil na primeira pesquisa, passou para



220 mil, em 1992; pouco mais de 220 mil, em 2000; chegando a 235 mil, em 2006. É um crescimento de pouco mais de 15% ao longo de 14 anos.

O total dos empregados cresce em velocidade muito maior, saindo de 618 mil empregados, em 1992, chegando a mais de 1 milhão, em 2006.

Esses dados mostram que estão sendo gerados no Distrito Federal empregos com baixa remuneração e, em boa medida, trabalhos precários, assalariados sem carteira assinada e trabalhadores autônomos. Enfim, a formalidade está concentrada nos trabalhadores do setor público.

Esses dados foram apresentados com o objetivo de mostrar a importância do setor público na economia local. E agora uma comparação do Distrito Federal com algumas outras regiões metropolitanas. Temos São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador e Brasília.

Vamos ver a primeira coluna, em azul, com o total do PIB *per capita* em cada uma dessas regiões. A segunda coluna mostra o núcleo metropolitano. A terceira coluna mostra a periferia metropolitana.

Podemos observar que em todas as demais regiões metropolitanas o PIB *per capita* da periferia é muito próximo em relação ao núcleo, exceto em Brasília, onde há disparidade muito grande.

Esses dados são de 2004; não foram atualizados para 2006. Vejam que, em 2004, enquanto o PIB *per capita* em Brasília aproximava-se de 20 mil reais por ano, nesses 10 Municípios do entorno metropolitano o número fica abaixo de 4 mil reais, ou seja, 5 vezes menor.

Apenas quero mostrar o peso de cada uma das periferias metropolitanas no PIB total das áreas metropolitanas. Em São Paulo, por exemplo, a periferia metropolitana participa com 44% do PIB total da área metropolitana. No Rio de Janeiro, um pouco menos, 37%. Em Recife, chega a 52%. Em Belo Horizonte, o peso da periferia também supera o do núcleo, da Capital, com quase 57%. Em Porto Alegre, o PIB da periferia metropolitana é amplamente majoritário. Isso se dá em função de grandes pólos industriais. Em Porto Alegre estamos falando de Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo. No caso de Belo Horizonte, há Contagem, Betim. Em São Paulo, todo o ABC paulista, além de Guarulhos e Osasco. Ou seja, a pujança e vitalidade desses Municípios periféricos, absolutamente industrializados, fizeram com que o PIB dessas regiões, inclusive, superasse o do núcleo.

Em Salvador, o quadro é o mesmo. Há uma periferia industrializada: o Polo Petroquímico de Camaçari e toda aquela região.



Em contraste, o quadro de Brasília: 93,5% do PIB da sua virtual área metropolitana está concentrada no lucro. Então, somente 6,5% nessa imensa periferia.

Temos aqui os dados da PED e da PME em relação ao pessoal ocupado na atividade industrial. Em São Paulo e Porto Alegre, acima de 20%; nas demais Capitais, em torno de 12%, 15%, 17%. No caso de Brasília, apenas 3,7% do pessoal ocupado está na atividade industrial, especificamente indústria de transformação.

Quero apenas fazer um comentário em relação a esse quadro anterior. A questão vem sendo discutida há muito tempo no Distrito Federal. Todos sabemos que desde a criação do DF havia o entendimento comum de que a Capital estava sendo transferida pela motivação de buscar a interiorização do processo de desenvolvimento do Brasil — era essa a principal motivação —, mas se concebia esse processo, especificamente no caso de Brasília, cumprindo funções exclusivamente político-administrativas. Era esse o modelo desenhado para Brasília nos anos 50.

Podemos observar que esse modelo foi efetivamente plantado. Houve todo um processo de negação da possibilidade de a atividade industrial prosperar, seja dentro do quadrilátero, seja no Entorno. O resultado obtido foi o quadro que pintamos anteriormente. De alguma forma, isso deve nos levar a alguma reflexão, porque, ao contrário do que às vezes muitas pessoas têm dito, a atividade industrial ainda é largamente empregadora de mão-de-obra — vimos ali o percentual em outras grandes metrópoles — e, mais que isso, além de gerar os empregos na atividade propriamente dita, gera uma infinidade de oportunidades de trabalho nos chamados serviços de apoio à atividade industrial. Esse é um dado importante que tem de ser levado em conta. São os serviços financeiros, de transporte, de armazenagem, de manutenção.

O parque de serviços em São Paulo está essencialmente assentado na atividade de serviços de apoio à atividade industrial, diferente do perfil dos serviços do Distrito Federal. Aqui, os serviços são pessoais. Há vários dados interessantes: o DF tem o dobro do percentual de emprego doméstico em relação à média das outras regiões metropolitanas. Uma informação absolutamente curiosa, e não passa disso: em determinada ocasião, Brasília tinha o maior percentual de cabeleireiros entre todas as capitais brasileiras. Por conta disso, o perfil do serviço de Brasília, além do setor público, é de apoio às demandas pessoais e não à atividade econômica mais pesada propriamente dita. Isso marca muito fortemente o perfil do nosso mercado de trabalho, da nossa economia, e, pior, vai marcar muito fortemente as poucas possibilidades de desenvolvimento que apresentamos a partir desse cenário, onde a indústria não é um componente importante nesse panorama.

*(Segue-se exibição de imagens.)*



Temos aqui alguns dados de cenários — não tive como selecionar mais do que isso —, apenas mostrando que, do ponto de vista demográfico, a Região Centro-Oeste é a mais dinâmica. Nas últimas décadas, o Brasil está passando por clara desaceleração do crescimento demográfico, mas no Centro-Oeste ainda mantemos dinamismo muito forte.

Aqui, o Centro-Oeste expandido, incorporando Rondônia e Tocantins. Em 2020, deve chegar ao patamar de 20 milhões de habitantes.

O cenário para o Distrito Federal, nossa virtual área metropolitana, que em 2007 girava em torno de 3 milhões e 300 — hoje perto de 3 milhões e meio —, deve chegar próximo a 4 milhões e 200 mil habitantes, em 2020.

Já foi comentado um ponto importante nessa discussão sobre perspectivas de desenvolvimento para Brasília, do que representa o chamado eixo Brasília, Anápolis e Goiânia em termos de potencial, mais do que essa área metropolitana de Brasília. Se consideramos o PIB dessa região ou mesmo a capacidade de consumo desse eixo, é hoje o terceiro maior do Brasil, apenas superado pelas áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Já superou as áreas metropolitanas de Belo Horizonte e de Porto Alegre. Então, é um elemento importante nessa discussão, um eixo econômico muito incipiente mas que de alguma forma apresenta perspectiva de consolidação.

Por fim, as estratégias propostas na área de desenvolvimento regional.

Inicialmente, a reconstituição da SUDECO — e não tão-somente a recriação, mas seu fortalecimento. Essa é uma questão fundamental para o processo de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

A criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. É importante lembrar que as demais regiões periféricas do Brasil, quando dotadas de uma superintendência de desenvolvimento, foram acompanhadas de um banco de fomento. Foi o caso do Norte, com a SUDAM e o BASA; do Nordeste, com a SUDENE e o BNB; e o caso do Sul, com a SUDESUL e o BRDE. Apenas no caso do Centro-Oeste, ainda nos anos 60, quando foi criada a SUDECO, nunca se criou um instrumento financeiro, um banco de fomento que de alguma forma impulsionasse os investimentos na região. Com certeza, isso também concorreu para esse quadro de parca industrialização da região como um todo e do DF, em particular.

A criação de fundo constitucional para o Entorno.

É importante destacar que diversas dessas propostas aqui apresentadas foram discutidas e incorporadas nesse documento num processo de visita à região que fizemos junto com o SEBRAE. Fizemos várias reuniões com segmentos produtivos do Distrito Federal, do entorno metropolitano, do entorno não metropolitano. Estivemos em Unaí, em



Arinos, em Luziânia, numa série de cidades, discutindo com os segmentos não apenas empresariais, mas com representantes de movimentos sociais, de universidades. Foi um processo de incorporação dessas expectativas. De alguma forma, isso consolida o processo de discussão travado com esses segmentos.

É importante ser dito que a proposta de criação de fundo constitucional para o Entorno era no sentido de repasse de parte do recurso do Fundo Constitucional do Distrito Federal para o Entorno, particularmente o entorno metropolitano.

Hoje, a massa de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal é da ordem de 6 bilhões de reais. Se imaginássemos 10% desses recursos, estaríamos falando de 600 milhões de reais. As pessoas dos municípios vizinhos têm a devida dimensão do que isso representaria em termos de capacidade de investimento para essas prefeituras. É muito difícil, politicamente muito delicado, porque significa o Distrito Federal abdicar de parcela dos recursos.

De outro lado, talvez uma visão estratégica mais apurada convenceria os políticos de Brasília da propriedade inclusive desse repasse. Por exemplo: há hoje uma sobrecarga na área de saúde, em função da pressão exercida pela população do Entorno, que vem para Brasília em busca de serviço de saúde com alguma qualidade. Obviamente, esses recursos poderiam ser aplicados nesses municípios, reduzindo a pressão sobre o sistema de saúde do Distrito Federal.

A discussão é polêmica, o problema não será resolvido neste seminário, mas o assunto tem de ser discutido. Parte-se do entendimento de que a solução para Brasília envolve a solução dos problemas que afligem o Entorno.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Promover a consolidação de cidades polo na região, uma questão fundamental.

Foi apresentado pela Angelina, no estudo da REGIC, que Brasília forma uma das regiões em que a sua malha de cidades é das mais frágeis, as cidades polo são diminutas e não têm maior dinamismo. Portanto, fortalecê-las é essencial para consolidar essa região.

Em relação ao fomento das atividades produtivas, propõe-se:

A instalação de distritos industriais em municípios polo selecionados, obviamente dotados de infraestrutura para absorver esses investimentos; consolidar o polo de informática Cidade Digital no Distrito Federal, marcando o perfil da economia do Distrito Federal, voltado para a indústria intensiva de capital — no caso, indústria de informática, indústria da informação e tecnologia; estimular a agregação de valor à estrutura produtiva local visando à redução das desigualdades inter e intrarregionais, estimulando os investimentos em arranjos e cadeias produtivas.





Isso está muito associado à discussão que já se travou aqui em relação aos problemas tarifários. Obviamente, nada disso acontece se não for buscada uma solução, como disse o Secretário de Indústria e Comércio de Formosa. Ele, como empresário, consegue colocar sua produção em Anápolis, atravessando o Distrito Federal, mas não consegue colocá-la no DF, em função do problema tarifário.

Obviamente, não vamos atrair investimentos para o Entorno do Distrito Federal se não resolvermos esse problema. Teríamos que ter em mente esse amplo mercado que existe no DF.

Ampliar a atuação de Brasília como polo regional do comércio atacadista e na prestação de serviço especializado, o que tem muito a ver com a infraestrutura e com a especialização da Capital.

Na área de infraestrutura para o desenvolvimento, concluir a duplicação da ligação da rodovia Brasília-Goiânia-São Paulo — BR 153, que está em processo de conclusão — com a BR 365, que liga Itumbiara a Uberlândia, conectando Brasília e Goiânia ao principal polo econômico do Brasil, através de uma ligação de via dupla; concluir a Ferrovia Norte-Sul, ligando Anápolis a Palmas, permitindo acesso ferroviário ao porto de Itaquí, fundamental para escoamento da ampla produção agropecuária que está concentrada nesse entorno não metropolitano de Brasília.

Da mesma forma, o projeto da antiga Vale do Rio Doce, ainda estatal; o ramal ferroviário Unaí-Luziânia-Pirapora, que permite a conexão com o Porto de Tubarão; e um outro projeto tão antigo quanto o anterior, a implantação do gasoduto Paulínia-Uberlândia-Goiânia-Brasília, que propiciaria o fornecimento de gás natural ao parque industrial que seria formado aqui.

É bom assinalar que — estava conversando sobre isso outro dia —, nos últimos 10 anos, o gás natural representava 3% da matriz energética do Brasil e evoluiu para 15%. Nesses últimos 10 anos, a PETROBRAS construiu 8 mil quilômetros de gasodutos no Brasil, mas essa região está completamente à parte. O que aconteceu, nesse caso, é que aumentaram as vantagens comparativas das regiões já industrializadas do Brasil, porque os gasodutos estão indo em direção aos antigos centros industriais. Brasília e Goiânia perdem terreno no momento de apresentar condições propícias para a atração de investimentos, particularmente na atividade industrial.

Então, essa questão da infraestrutura é essencial. O papel do Estado aqui é insubstituível. Não há como reverter esse quadro sem uma posição ativa e firme do Estado.

*(Segue-se exibição de imagens.)*



No contexto político institucional, União e GDF hão de assumir a condução da questão regional de Brasília. O problema não é tão-somente de Goiás nem de Minas Gerais. O Governo Federal e o Governo do Distrito Federal têm que ter posição mais clara e assumir responsabilidades maiores nessa questão.

Estimular, com apoio institucional técnico-financeiro, a formação de consórcios municipais para resolução de problemas comuns — haverá uma Mesa na parte da manhã, e Paula Ravanelli vai falar dessas experiências dos consórcios municipais, que podem ser uma alternativa importante no arranjo institucional da nossa região.

Promover a inclusão do Noroeste mineiro na área de atuação do FCO ou sua inserção na área da SUDENE.

Essa questão surgiu nas duas reuniões que fizemos no noroeste mineiro. Eles se consideram absolutamente ilhados, e estão. Na verdade, o noroeste mineiro está fora da área da SUDENE, que só vai até o norte, Montes Claros, e está fora do FCO, porque está ali na fronteira de Goiás.

Uma infinidade de investimentos essa região perdia — eles nos relataram nessas reuniões — para aquelas áreas que apresentavam vantagens desse tipo.

Por fim, quanto ao ordenamento territorial fundiário, é fundamental promover a resolução do problema fundiário no DF e nos municípios do Entorno. Essa questão, de longa data, precisa de uma solução.

Antes de encerrar esta fala, quero destacar o seguinte aspecto: essa discussão sobre o Entorno já vem de longo tempo. O colega que falou anteriormente disse que lembrava de haver essa discussão 22 anos atrás. Eu acho que ela é anterior um pouco, ocorre desde que o Entorno começou a se conformar como espaço natural de espraiamento do DF para além de suas fronteiras.

Hoje cedo, eu e Eulália participamos de uma entrevista à CBN e, ao final, Estevão Damásio, ao me interpelar, disse que estava me achando muito otimista em relação a essa questão. Eu disse a ele que, na verdade, minha posição era otimista mesmo, que este seminário era uma demonstração disto, que acreditamos na possibilidade desse arranjo institucional, dessa agregação de esforços entre as várias instâncias de Governo. E não só: que a sociedade brasiliense e do Entorno têm, de alguma forma, de pressionar no sentido de avançarmos na resolução desses problemas.

Nós escutamos muito colocações do tipo: *não tem jeito, porque o Governo de Goiás só olha de Anápolis para baixo, não quer saber dessa região; ou, quer saber dessa região apenas em períodos eleitorais; ou, Minas Gerais, o máximo que olha para o norte é para Montes Claros, porque o noroeste não faz parte.* Ouvimos isso — não é verdade, Eulália? —



nas visitas que fizemos a essas regiões. O mesmo foi dito lá em Minas. A mesma percepção se teve no sudoeste da Bahia: *Bahia é de Barreiras para lá, essa ponta aqui é território esquecido.*

De alguma forma, lutamos contra a corrente. Ouvimos comentários em relação ao Distrito Federal de que os políticos de Brasília não se empenham na resolução dos problemas do Entorno porque, caso os solucionassem, estariam perdendo um grande alibi: o Entorno acaba sendo responsável por tudo de ruim. O sistema de saúde em Brasília está sucateado? Culpa do Entorno. O sistema de educação idem? Culpa do Entorno. No mercado de trabalho de Brasília, a taxa de desemprego é elevada? Culpa do Entorno.

Eu prefiro não acreditar que isso seja verdade. Prefiro acreditar na possibilidade de a sociedade brasiliense e o Entorno fazerem uma mobilização no sentido de pressionarem as forças políticas e de alguma forma construírem um arranjo que consiga pelo menos apontar caminhos para a resolução desses problemas.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. COORDENADORA** (Maria Eulália Franco) - Esse trabalho bastante sintético ora apresentado, que todos vocês receberam nas pastas quando da recepção aqui na Câmara dos Deputados, é uma síntese daquilo que foi apresentado por vários representantes municipais, como a questão das barreiras tributárias e das barreiras sanitárias. Isso só conseguimos mudar a partir da mobilização.

Nós estamos num belo momento. Esta semana tivemos o encontro dos Governadores da nossa região, e o assunto está bastante forte na mídia. A oportunidade deste seminário foi excelente. A adesão de vocês demonstra que é chegada a hora dessa grande virada.

Vou passar a palavra agora para Frederico Valente, que vai falar sobre a SUDECO e seus instrumentos de desenvolvimento regional. Acho que ele tem muitas coisas a dizer, e estamos aguardando com muita ansiedade.

**O SR. FREDERICO VALENTE** - Boa tarde.

É um prazer estar aqui e falar sobre a SUDECO, que será a sucessora da atual Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, uma das secretarias do Ministério da Integração.

Antes de iniciar o detalhamento de como irá funcionar a SUDECO, quero dar um testemunho aqui muito importante. O Centro-Oeste é muito diferente do Norte e do Nordeste. O Congresso Nacional, tanto a Câmara quanto o Senado, quando elaborou a lei que recriou a SUDECO, considerou essa diferença. Buscou-se, então, nos dispositivos constitucionais, alguns pontos não contemplados nas leis que recriaram a SUDAM e a



SUDENE. Isto consta da lei que recriou a SUDECO, e, a meu ver, de maneira altamente favorável. De início, eu estava muito preocupado com a recriação da SUDECO, devido àquela possibilidade de que ela voltasse a ser a antiga SUDECO, extinta por ter apresentado uma série de problemas que, inclusive, não justificavam mais a sua existência.

A meu ver, a lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República corrigiu essas distorções, garantindo que a SUDECO venha a se tornar um órgão realmente importante para o desenvolvimento da região Centro-Oeste.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Falarei rapidamente das etapas da recriação da SUDECO.

Voltando um pouco, o projeto de lei de recriação da SUDECO chegou ao Congresso em 2004. Foi aprovada há pouco meses, no dia 12 de dezembro, no Senado Federal, e, no dia seguinte, graças a uma articulação dos Governadores do Centro-Oeste, encaminhada à Câmara dos Deputados, onde também foi aprovada. Ou seja, nesse caso da aprovação da lei da SUDECO, a articulação foi fundamental. Se não tivesse havido essa articulação dos Governadores — todos eles — da Região Centro-Oeste no mês de dezembro, numa reunião realizada aqui no Congresso Nacional, provavelmente essa lei não teria ainda sido aprovada. Em seguida, ela foi sancionada pelo Presidente da República no dia 09 de janeiro. O decreto de institucionalização já foi elaborado, está pronto. O que falta neste momento é algo maior que a SUDECO: falta definir cargos para que a SUDECO tenha um quadro de pessoal. Sem esse quadro ela não tem como funcionar. Essa definição de cargos passa por um projeto de lei que o Executivo terá de mandar para o Congresso Nacional. No momento, essa questão enfrenta dificuldades políticas e precisa ser um pouco mais discutida. Poder Executivo, Congresso Nacional e sociedade civil precisam discutir mais a fim de que a SUDECO passe a funcionar.

Uma vez definida a questão dos cargos, como o decreto está pronto, o Presidente da República o assina, para, no passo seguinte, se instalar o Conselho Deliberativo da SUDECO, que, por sua vez, irá elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

Nesse caso do funcionamento de que trata o projeto de lei da SUDECO, a participação da União, dos governos estaduais e da sociedade civil é equânime no Conselho. E isso tem sido de uma eficácia altamente favorável no CONDEL/FCO, que tem paritariamente essa participação: por um lado, o Executivo Federal e, por outro, os Estados, com a representação dos Governos e da sociedade civil.

Gostaria de ir para a próxima tela, para mostrar os resultados desse Conselho.

Há resultados da eficiência desse Conselho Deliberativo, com sua ampla participação democrática. As propostas são encaminhadas e, depois de discutidas e



votadas, vão para o operador do FCO em forma de decisão. O Banco do Brasil cumpre aquilo que o Conselho decide. Há uma série de ações que foram desenvolvidas nos últimos 2 anos e permitiram que houvesse esse amplo crescimento nas aplicações dos recursos do FCO, o que não vinha acontecendo. De um ano para o outro, sempre sobravam recursos, que passavam a constar no orçamento do ano seguinte. De 2007 para 2008 sobrou 1,4 bilhão de reais; de 2008 para 2009 sobraram apenas 400 milhões de reais. A expectativa é que, neste ano, com novas ações, não venham a sobrar recursos, de tal forma que a Região Centro-Oeste não fique prejudicada por falta de investimentos.

Eu destaco a região do Distrito Federal. Se os senhores observarem o crescimento das contratações — o verde é 2007, e o azul, 2008 —, verão que o Estado que teve maior crescimento foi o Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, foi o Distrito Federal, que cresceu 135% de 2007 para 2008.

Isso mostra claramente a importância dessas ações efetivamente participativas, de tal forma que não seja centralizado em um único poder decisório aquilo que vai facilitar o funcionamento desse processo, no caso do FCO e no exemplo que estou citando, para a SUDECO.

Essa gestão conjunta, no caso da SUDECO, é feita pelo Governo e pelo terceiro setor. Nós temos previsão de recursos para 2009 muito maiores — os senhores vão observar isso mais na frente — do que para 2008. Quanto à estrutura administrativa, a lei trouxe as diretrizes, de tal forma que a SUDECO não poderá ser um órgão empregatício, um órgão que busque o favorecimento de empregos. Ela vai ter que ser um órgão enxuto, com uma equipe mínima, vamos dizer assim, com produtividade, e aberto, porque — vou dar um pouco mais de detalhes — vai haver todo um sistema de controle que não existe normalmente nos órgãos de Governo.

O Conselho Deliberativo, como eu disse, vai ser composto de 10 representantes do Governo Federal: o Presidente da SUDECO, o Presidente do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste — a própria lei da SUDECO já prevê a sua criação —, 8 Ministros, 4 Governadores, 3 representantes dos Municípios, 1 de cada Estado — Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás —, 1 da área empresarial, 1 da área dos trabalhadores e 1 da área de organizações não governamentais.

Essa vai ser a composição inicial do Conselho Deliberativo da SUDECO. O próprio Conselho, uma vez reunido, pode tomar decisões no sentido de mudar essa composição. Mas ele sempre terá — a própria lei determina — composição paritária.

O Conselho, portanto, vai se reunir e tomar as decisões. E uma diretoria, que é colegiada, vai administrar e aplicar as decisões tomadas pelo Conselho. Portanto, o órgão máximo é



que toma as decisões da SUDECO. A diretoria faz a gestão dessas decisões: a Diretoria de Planejamento e Avaliação, a Diretoria de Promoção de Investimento e Gestão de Fundos — são 2 fundos importantíssimos que vou detalhar um pouco mais na frente — e a Diretoria de Implementação de Programas.

As diretrizes e os instrumentos de gestão, que já foram determinados por lei, são os seguintes.

Há que se fazer um planejamento, com previsão de desenvolvimento sem passivo ambiental. Nós sabemos que, nos últimos tempos, a Região Centro-Oeste sofreu grande desgaste ambiental por conta da forma de desenvolvimento aplicada a ela, de tal forma que, a partir das ações da SUDECO, esse desenvolvimento terá que ser planejado, para garantir que não haja passivo ambiental.

Há necessidade de elaboração de um planejamento. Vou mostrar a diferença que existe entre a SUDECO e as demais superintendências. Os Congressistas foram buscar, nos dispositivos constitucionais, a exigência de se fazer um planejamento e encaminhá-lo ao Congresso Nacional. Não se trata de a SUDECO fazer um planejamento e, a cada mudança de diretoria ou de governo, alterá-lo. Não, ele terá que ser feito e encaminhado ao Congresso Nacional anualmente, porque vai ter de ser revisado anualmente também. Terão de ser gerados relatórios de seus resultados, também previstos na lei, a serem encaminhados ao Congresso Nacional, de tal forma que esse procedimento não dependa da direção ou do Conselho. Está na lei esta decisão: o planejamento vai ter de ser feito e ter de ser encaminhado anualmente ao Congresso Nacional.

O Conselho Deliberativo deve se reunir trimestralmente. Os titulares só podem ser substituídos por seu primeiro substituto formal. Ou seja, o Governador só pode ser substituído pelo Vice-Governador, e os Ministros, pelos Secretários- Executivos. O Superintendente não é o único decisor da gestão da SUDECO. A diretoria é colegiada. As decisões têm de ser tomadas de forma colegiada.

Está prevista na lei a criação dos comitês regionais das instituições financeiras. Esse comitê deve ser criado e composto pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste — BADECO. Esse comitê vai se reunir 2 ou 3 vezes por ano e vai também estabelecer metas, de acordo com o planejamento da SUDECO, para suas ações na Região Centro-Oeste. Ou seja, mesmo o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal ou o BADECO, com suas ações programáticas próprias, terão que se submeter, quando na Região Centro-Oeste, ao planejamento maior que é feito para ela. Esse planejamento será encaminhado ao Congresso Nacional.



Poderão ser criados também comitês temáticos de monitoramento das ações previstas no plano, que serão elaboradas e enviadas ao Congresso Nacional. Esse processo tem começo, meio e fim, de tal forma que ele seja sempre elaborado, acompanhado e monitorado, e seus resultados sejam encaminhados ao Congresso Nacional

Vou mostrar o dispositivo de lei que determina o que eu digo:

*“Art. 13 .....*

*§ 1º A Sudeco, em conjunto com os órgãos e entidades federais presentes na Região e em articulação com os governos estaduais, elaborará o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a ser submetido ao Congresso Nacional, nos termos do inciso IV do caput do art. 48, do § 4º do art. 165 e do inciso II do § 1º do art. 166, todos da Constituição Federal.*

*§ 2º O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que terá vigência de 4 (quatro) anos e será revisado anualmente, observadas as mesmas regras aplicáveis ao Plano Plurianual, compreenderá:(...)”*

A SUDECO avaliará o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste e encaminhará relatório anual às Comissões do Congresso Nacional. Isso consta da lei que criou a SUDECO.

Cito agora os instrumentos financeiros de que a SUDECO vai dispor.

Se a SUDECO tivesse sido criada no mês de abril, um orçamento da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste seria transferido automaticamente para ela. Seriam 50 milhões de reais do seu orçamento, do seu plano de ação. Há mais 700 milhões de reais de emendas parlamentares feitas ao orçamento da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste que vão para a SUDECO. Há 2,9 bilhões de reais, o montante de recursos que o FCO tem para aplicar no ano de 2009. Foi criado, na lei, o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste — FDCO, com uma previsão de 500 milhões de reais, cujos recursos são específicos para melhorar a infraestrutura da Região Centro-Oeste. São recursos para a área pública, para fazer projetos de infraestrutura na Região Centro-Oeste, projetos de grande monta. Haveria 500 milhões de reais já automaticamente neste fundo. Tão logo a SUDECO seja criada, os recursos para esse fundo serão automaticamente encaminhados. Os recursos são um percentual da arrecadação do Governo Federal com impostos — Imposto de Renda, IPI e outros —, de tal forma que é automático. Há também uma cláusula na lei que



estabelece que, desses recursos do fundo, 2% obrigatoriamente terão de ser aplicados no desenvolvimento, na pesquisa, em ciência e tecnologia. Há ainda um dispositivo constitucional que estabelece que 20% de todos os recursos que forem aplicados em irrigação no Brasil têm de ser feitos na Região Centro-Oeste.

Todos esses itens compõem os recursos que estarão disponíveis para a SUDECO aplicar na Região Centro-Oeste.

O que eu tinha para falar sobre a SUDECO é que, além desses itens citados, o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, há cerca de 15, 20 dias, fez uma reunião conosco, da Secretaria de Desenvolvimento Centro-Oeste, e se inteirou de toda a situação, de tudo o que eu falei. Agora está desenvolvendo ações no sentido de viabilizar o decreto de institucionalização da SUDECO e um projeto de lei que seja encaminhado ao Congresso Nacional para que se possam criar os cargos necessários para o funcionamento da Superintendência. O número que foi dimensionado, eu não me lembro de cabeça, é bastante enxuto e vai fazer com a SUDECO possa funcionar a contento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. COORDENADORA** (Maria Eulália Franco) - Muito obrigada.

Acho que agora nós poderíamos abrir para os debates. Gostaria que, do microfone aqui na frente, cada participante se apresentasse, dissesse sua atividade e fosse bastante objetivo, para que possamos aproveitar bastante ainda o tempo que nos resta hoje.

**O SR. JOSÉ EDUARDO ROMÃO** - Meu nome é José Eduardo Romão. Sou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Quero parabenizá-los pela iniciativa e a oportunidade de se discutir o Centro-Oeste, mesmo num momento de crise, ou apesar do momento de crise. Justamente são essas as iniciativas que criam novas perspectivas para que consigamos visualizar além da crise.

Foram abordados, com ênfase, sobretudo pelo Júlio Miragaya, planos estratégicos de desenvolvimento e crescimento do Centro-Oeste, numa visão ampliada.

O Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste, elaborado em 2003, deixa bastante claro que há uma relação de tensão, uma relação quase paradoxal entre crescimento e degradação do meio ambiente. No Plano pode-se ler, com todas as letras, que os gargalos, as dificuldades de crescimento funcionaram como uma retenção da devastação da degradação do Cerrado. Essa é uma questão *trade-off* que nós temos de resolver. Por essa razão, felizmente, o seminário trata de desenvolvimento sustentável e tenta conciliar essas duas questões.

Pergunto ao Júlio se não seria interessante pensar em um projeto de desenvolvimento estratégico que tenha o Cerrado como lastro. Como você fez menção —





permita-me tratá-lo de você — ao noroeste de Minas, a essa região que inclui o Cerrado, podendo estender-se à Bahia, não seria interessante agregar o valor Cerrado à preservação do meio ambiente, à estratégia de desenvolvimento?

E aqui estendo a pergunta ao Frederico: para a SUDECO, que tem por lei o Centro-Oeste como área de atuação — o senhor mesmo fez menção à necessidade de se ampliar para outros Estados e Municípios, e aqui faço menção especialmente à RIDE —, também não seria interessante ter como eixo de atuação o Cerrado brasileiro?

Essas são as questões que eu gostaria que vocês abordassem. Essa é a reflexão que me parece necessária.

Por fim, quanto à SUDECO especificamente, há uma alteração na lei orçamentária que impede a criação de novos cargos. Ao menos neste momento, não há previsão legal, há um impedimento legal. Como superar esse desafio? Ou, não sendo possível, como criar um cronograma de implantação da SUDECO que nos permita agora tratar com esses diferentes atores já previstos que constituirão o Conselho Deliberativo, promovendo uma mobilização que certamente resultará na instalação da SUDECO? E que não fiquemos aguardando a instalação da SUDECO em 2010 e desde já se possa criar um cronograma de desenvolvimento que inclua esses diferentes atores.

Obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. COORDENADORA** (Maria Eulália Franco) - Consulto nossos palestrantes se consideram mais prudente anotar todas as perguntas e respondê-las no final ou agora. *(Pausa.)*

Então, a cada 3 perguntas, nós daremos uma paradinha para as respostas.

Mais alguém?

**O SR. REMI CASTIONI** - Boa tarde. Meu nome é Remi Castioni. Sou da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Quero apenas registrar que senti o tema educação, quando se discute o Centro-Oeste e Entorno, muito ausente de todas as reflexões feitas aqui na parte da tarde.

A minha questão vai para o companheiro do SEBRAE. Nas estratégias ou orientações propostas para a Região Centro-Oeste, apareceu uma lâmina enfocando a questão do estímulo aos distritos industriais. A minha questão vai um pouco na reflexão que o companheiro da Secretaria de Assuntos Estratégicos abordou.

Na reflexão sobre Brasília e o Entorno, de acordo com os dados apresentados, o setor de serviços é muito enaltecido. Creio que uma estratégia de desenvolvimento deveria partir da melhoria da oferta do serviço. Quer dizer, Brasília tem uma carência enorme na oferta de serviço. E creio que esses serviços podem ter conexão não só com a renda gerada



pelo alto valor *per capita* gerado aqui, mas com serviços que inclusive têm relação com a questão do território, do meio ambiente, da agricultura. E nesse caso o SEBRAE surpreende, tem um papel extremamente importante. Creio que nós, nessa matriz de ação, temos de considerar a questão do serviço como muito importante.

A ideia de distritos industriais é dos anos 70 e está ultrapassada. Inclusive, o principal fundamento de um distrito está na endogenia. Isso a economia regional explicou lá nos anos 70. Quer dizer, se não há endogenia, capital humano e capital social distribuídos no território, não se gera inovação.

Creio que uma das iniciativas — isso é o que gostaria de problematizar — para o Centro-Oeste seria melhorar a oferta dos seus serviços de alto valor agregado, de médio valor agregado e de baixo valor agregado. Quer dizer, o percentual elevado que há de serviços domésticos aqui no Distrito Federal e de todo o setor de comércio e serviço, que é altamente empregador, e conhecendo os indicadores educacionais do Distrito Federal, vemos que há um espaço enorme para um feixe de ações que contemple tantos serviços ligados às atividades urbanas como às atividades que hoje nós chamamos de rurais não agrícolas. Por exemplo, ligando o tema do meio ambiente, a recente lei de pagamentos de serviços ambientais gera uma série de possibilidades na matriz Cerrado, que foi colocada aí.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. COORDENADORA** (Maria Eulalia Franco) - Mais alguém, por favor?  
(*Pausa.*)

Vamos começar as respostas com o senhor?

**O SR. FREDERICO VITÓRIO VALENTE** - Vamos por partes.

Em relação à Região Centro-Oeste e à sua abrangência, a lei fez restrições. A lei que criou a SUDECO diz o seguinte: podem-se desenvolver ações nas cidades, por exemplo, que compõem o Entorno — há cidades no Estado de Minas Gerais; podem-se desenvolver ações em outros Estados, mas não se podem usar recursos para investimentos nessas ações do FCO nem do FDCO. A lei diz isso.

Acompanhei aqui no Congresso Nacional algumas tentativas de alterar, por exemplo, a lei que criou o FCO, para permitir que ele financiasse empreendimentos na região do Triângulo Mineiro. Houve um debate muito acalorado aqui no Congresso e, ao final, isso não foi aprovado. E ficou aquela lembrança a respeito da permissão de se utilizar recursos da Região Centro-Oeste. Em outros Estados, isso seria apenas o início do processo, e amanhã o FCO estaria aberto para todos os Estados. Ocorreu isso aqui no Congresso.

Então, quando foi feita a lei da SUDECO, colocaram uma cláusula clara, dizendo que isso não seria possível.



Em relação à questão do impedimento de criação de cargos, a LDO, se não me engano, ou o PPA prevê que, no ano de 2009, não podem ser criados cargos. Esse é um dificultador no momento. O Ministro está tratando disso. Os Governadores, em reunião que tiveram nessa segunda-feira, também foram informados de que existe esse problema. E essa questão está em discussão. Neste momento, é o principal dificultador para a implementação da SUDECO. E aí concordo com você. Tem-se que trabalhar nessa discussão e elaborar um cronograma para que se possa ter pelo menos uma data para que isso possa vir a acontecer.

Em relação à SUDECO, era isso que tinha a dizer.

**A SRA. COORDENADORA** (Maria Eulalia Franco) - Sr. Júlio.

**O SR. JÚLIO MIRAGAYA** - Em relação à questão que o Romão apresentou aqui inicialmente, primeiro, é importante não associar, necessariamente, o crescimento econômico com a degradação ambiental. Não estou dizendo que o Romão disse isso, mas acho que é muito comum na sociedade contemporânea essa associação. Mas, necessariamente, isso não é uma verdade, às vezes, constitui-se uma falsa dicotomia.

É possível, sim, haver desenvolvimento econômico com preservação e conservação ambiental. No caso do cerrado, é óbvio que aconteceram falhas imensas na ocupação do solo. Algumas regiões passaram por grande processo de degradação, enquanto outras são exemplo de possível compatibilização.

Pesquisadores apontam que o cerrado tem hoje cerca de 200 milhões de hectares. Pelo menos, 10% a 15%, o que seria em torno de 20 a 30 milhões de hectares, é constituído de áreas degradadas e basicamente abandonadas, exploradas principalmente por pastagens e também atividade agrícola. Depois, essa terra perdeu valor.

Existem mecanismos que permitem a recuperação dessas áreas. É possível que isso se dê mediante aumento da produtividade, sem a incorporação de novas áreas, inclusive com a possibilidade de ampliação da própria área de vegetação original.

Em qualquer processo de desenvolvimento, temos de deixar claro os instrumentos que permitem essa compatibilização e não aceitar que ele resulte na degradação do meio ambiente.

Quando observamos essa região que apresento como Entorno Não-Metropolitano, vemos que poderíamos investir não somente na recuperação dessas áreas, mas também na infra estrutura, porque se trata somente de gerar, aumentar, ou potencializar a produção agrícola, mas, principalmente, verticalizar essa produção.

Com relação ao noroeste mineiro — a que me referi, quando estive aqui anteriormente —, a situação é um pouco dramática. Eles querem atrair investimentos para a



indústria de laticínios, mas não conseguem, porque não há infraestrutura, não há energia suficiente. E quando falo em energia não me refiro somente ao Programa Luz para Todos, que permite ao cidadão ter luz em casa. Refiro-me à energia necessária para que efetivamente se estabeleça um processo de desenvolvimento industrial, que permita àquela região passar de um modelo de produção primária para outro que possa gerar empregos e aumentar a renda da população. É nessa linha que a proposta se anuncia.

Quanto à questão abordada pelo Remi, da Universidade de Brasília, quero dizer, primeiramente, que tenho muita consideração pelo SEBRAE, mas não sou do SEBRAE. Faço parte de um grupo que o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas — IBASE, associado ao Conselho Regional de Economia, montou em parceria com o SEBRAE. Aqui, portanto, represento o IBASE.

Em segundo lugar, não concordo com a caracterização de que o estímulo a distritos industriais esteja ultrapassado. Ultrapassada está determinada concepção de distrito industrial ou de industrialização enquanto processo de desenvolvimento necessariamente predatório ao ambiente. Isso realmente está ultrapassado e deve ser superado.

A indústria tem importância excepcional nas atividades do ser humano. Não podemos nos esquecer de que as economias mais desenvolvidas, que propiciam melhor qualidade de vida para os povos, são industriais. Não posso citar o exemplo de uma economia não industrial que traga qualidade de vida digna para a população.

Todos os grandes centros de serviço — e poderíamos citar Nova Iorque, Milão, Frankfurt, Paris — são também grandes centros industriais. Um caso muito citado, no Brasil, é o de Manaus, que é a região mais industrializada na Amazônia, com um polo industrial que emprega 120 mil pessoas diretamente e 200 mil em atividades de apoio industrial. Ou seja, são 320 mil trabalhadores. Imaginemos esses trabalhadores e suas famílias sem oportunidade de emprego no Polo Industrial de Manaus. Provavelmente, eles estariam espalhados pela Amazônica, derrubando a floresta.

Não por outro motivo, a taxa de cobertura original do Estado do Amazonas é a maior de toda a Amazônia Legal. Isso tem uma relação direta, sim, com o Polo Industrial de Manaus.

Não pretendemos um processo de industrialização que não respeita a questão ambiental, os direitos trabalhistas, uma série de princípios. Queremos, sim, que ele seja de outra forma, não conforme aquele modelo ultrapassado, digamos, de péssima memória.

Então, a proposta é necessária, sim, para esta região. Existem alguns dados da Federação das Indústrias — o Diones esteve no período da manhã e poderia confirmar isso — de que aqui, em termos de bens de consumo duráveis, importa-se 85% de outras regiões



do Brasil. São bens dos mais básicos, desde calçados e vestuário, que poderiam perfeitamente ser produzidos na região, se falarmos em termos de capacidade de produção e qualificação da mão de obra, que é relativamente bem qualificada. Então, precisamos, sim, atrair investimentos.

Temos uma massa de trabalhadores que poderiam ser utilizados nessas atividades. Isso melhoraria, e muito, o perfil que temos no mercado de trabalho, que é, repito, absolutamente encoberto por uma distorção da metodologia. Isso ocorre porque apuramos somente a taxa de desemprego dentro do quadrilátero. Assim fazendo, chegamos a uma taxa está bem acima do que a observada em Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e no Rio de Janeiro.

Se ampliássemos essa coleta sobre o mercado de trabalho para a periferia metropolitana, a taxa de emprego passaria do patamar de 16% para algo próximo a 22%, que é uma taxa elevadíssima.

Eu sempre me faço a pergunta: como compatibilizar o problema de acesso ao emprego, por exemplo, com o esgotamento da capacidade do setor público de gerar empregos formais em nossa região, sem pensar em atividades alternativas, entre elas, a industrial?. Para mim, uma solução bastante razoável está, sim, no fomento a essa atividade em Brasília e no conjunto da área metropolitana do Distrito Federal.

**A SRA. COORDENADORA** (Maria Eulália Franco) - Bom, não há mais perguntas e acho que cumprimos o horário previsto.

Quero, mais uma vez, registrar o apoio da Câmara dos Deputados, do nosso Deputado Rodrigo Rollemberg, do IPEA e do GDF, por meio da CODEPLAN, que foi fundamental para realizarmos hoje e amanhã esta discussão tão importante para o nosso futuro.

Convido todos para estarem aqui amanhã, a partir das 9h, quando iniciaremos os trabalhos da Mesa nº 4, com o tema Gestão e Governança. Na oportunidade, iremos debater os instrumentos de cooperação interfederativos e a experiência dos consórcios. A experiência da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno será apresentada pelo Carlos Henrique Menezes Sobral e a da Mesorregião de Águas Emendadas, pelo palestrante Agnaldo Moraes da Silva, do Ministério da Integração.

Teremos, às 10h, na Mesa nº 5, o tema Perspectivas de Desenvolvimento da Região, com as presenças do Deputado Rodrigo Rollemberg; do Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal, Antônio Rocha da Silva; e da Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília e pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da UnB, Marília Steinberger.



Agradeço a todos por hoje. Aguardo-os amanhã, para, com essa interação, podermos elaborar um documento.